



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2012, de autoria do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia; e ao Requerimento nº 16, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de discutir biotecnologia e pagamento de *royalties*, com a presença dos seguintes convidados, os quais eu convido para compor a Mesa: César Borges Souza, Presidente da Associação Brasileira de Produtos de Grãos não Geneticamente Modificados; Pierre Marie Jean Patriat, Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso; Glauber Silveira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores de Soja; Filipe Teixeira, Chefe da Secretaria de Negócios; Ireneu Orth, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul; e Ivo Marcos Carraro, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças.

Sejam todos bem-vindos à nossa audiência pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores, atendendo ao requerimento do Senador Blairo Maggi e da Senadora Ana Amélia, estamos realizando esta audiência pública para discutirmos o desenvolvimento da biotecnologia e o pagamento de *royalties* na agricultura brasileira.

Vamos ouvir representantes de empresas e institutos de pesquisa, de associações de produtores de grãos e de sementes, para que possamos compreender melhor os avanços e implicações econômicas, legais e científicas do assunto.

A biotecnologia é basicamente a utilização de microrganismos, plantas e animais para o estudo e aplicação de tecnologias em atividades ligadas principalmente à medicina, à indústria e agricultura.

A biotecnologia está transformando a agricultura e abrindo diversas oportunidades tecnológicas, incluindo o melhoramento genético de plantas, a redução e substituição parcial ou total de defensivos químicos, o melhoramento da fertilidade dos solos, bem como a melhoria da qualidade de diversos alimentos.

Por conta das pesquisas e investimentos para o desenvolvimento de processos e produtos da biotecnologia, existe uma legislação de propriedade intelectual resguardando os direitos dos detentores desses produtos, tais como a Lei de Patentes e a Lei de Cultivares.

Mesmo assim, temos visto diversos conflitos no que diz respeito ao pagamento de *royalties* de produtos da biotecnologia, como a recente disputa judicial envolvendo a Monsanto e produtores do Rio Grande do Sul.

A Justiça Federal, baseada na Lei de Cultivares, considerou abusiva a cobrança da taxa tecnológica sobre a comercialização da soja transgênica. Por



outro lado, a Monsanto cobrava os valores com base nos direitos de propriedade intelectual, a Lei de Patentes.

Considerando que a biotecnologia está em constante desenvolvimento e trata da vida, seja ela, humana, animal ou vegetal, precisamos estar atentos para que a regulamentação legal acompanhe o desenvolvimento tecnológico.

Recentemente tratamos no âmbito desta Comissão do projeto que regulamenta a clonagem animal. Sendo que construímos e aprovamos um texto de consenso que agora está tramitando na CCJ.

Outro exemplo é a discussão em torno da cobrança de *royalties* do feijão resistente ao vírus do mosaico dourado, desenvolvido pela Embrapa.

Atualmente, a novidade na agricultura brasileira é a introdução de uma variedade de soja transgênica, já aprovada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), batizada de Intacta RR2, desenvolvida pela Monsanto.

Eu agradeço a presença dos senhores na nossa audiência.

Iniciando os nossos trabalhos, eu passo a palavra ao Dr. Ivo Marcos Carraro, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudras.

Vamos colocar como 15... O Ivo não está aqui; o Ivo não chegou. Eu estou seguindo, aqui, a orientação do nosso Senador Blairo Maggi.

Passamos, então, ao Dr. Ireneu Orth, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul.

Vamos estabelecer 15 minutos com... É que foram pedidos 20, mas estou reduzindo para 15 (*Risos.*), na tentativa de se manter aí...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – É o desejo dos jornalistas. Desculpem-me os oradores, mas eles falam muito pouco.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós ficaríamos sem o seu áudio na gravação... Seria bom que você falasse ao microfone, porque depois vai ser transmitido pela TV. É importante.

O SR. IRENEU ORTH – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Cumprimentos à Senadora Ana Amélia, ao Senador Blairo Maggi; o meu agradecimento pela oportunidade de podermos comentar aqui esse assunto que é tão importante para a agricultura brasileira, que é justamente os *royalties*, uma questão que têm nos afetado muito, justamente em função do volume de recursos que é gasto com a biotecnologia com uma empresa só.

Eu pediria ao Fabrício que abrisse o material que nós trouxemos aqui, para eu poder já começar a explanação. (*Pausa.*)

A nossa proposta é no sentido de criarmos fundos nacionais para o fortalecimento das culturas, da agropecuária de um modo geral. Este fundo



poderia ser em todas as culturas. Evidentemente que nós estamos aqui hoje falando em soja, mas nós colocamos como fundos nacionais que seriam justamente para podermos ter a oportunidade de continuar com o nosso crescimento em termos de produtividade em todos os campos. Esses fundos seriam administrados por conselhos compostos por representantes do Governo e por entidades nacionais representativas de cada cultura. Esta é a idéia básica que estamos apresentando aqui.

Próxima.

O objetivo é podermos oferecer alimentos em quantidade e qualidade por meio da pesquisa sistemática; a extensão ao fortalecimento, o fortalecimento, também, das associações de classe de cada uma das culturas; as opções tecnológicas; atividade agrícola profissionalizada; profissionalizarmos cada vez mais a agricultura; a preservação dos recursos naturais, que hoje é importante, até em função do Código Florestal; a expansão da exportação, porque, hoje, queiramos ou não, o Brasil é o País em evidência, com grande capacidade de aumentar a exportação; e o bem-estar no campo. Essas são as idéias básicas.

Próxima.

Os dados que vamos apresentar rapidamente aqui todos eles saíram da revista *Política Agrícola*, publicada pelo Ministério da Agricultura, são dados oficiais, editada com dados até 2011. Então, daqui para frente os dados que nós vamos ver são dados até 2010, foi publicada em 2011.

Próxima.

Aqui nós temos um quadro onde vamos demonstrar rapidamente a área colhida e a taxa de crescimento anual. A linha de cima é de 35 anos, é de 1975 a 2010. Quanto à média anual no arroz, houve um decréscimo médio de 2,38% ao ano; milho, um crescimento de 0,38; feijão, negativo de 0,64; a soja subiu nesses 35 anos; e o trigo decaiu.

Mas vamos entrar especificamente nas quantidades abaixo, que são as que nos interessam.

Quantidade produzida, taxa de crescimento anual. De 1975 a 2010, a soja – que é o nosso foco aqui – cresceu 5,55% a média anual nos 35 anos. Na década de 80, 90, especificamente, 4,16; de 1990 a 1999, 6,8; e de 2000 a 2010, 6,6%.

A taxa de produtividade, o crescimento através da produtividade, por hectare – para quem não está habituado às informações do campo propriamente dito –, na soja, nós tivemos um crescimento na produtividade nos 35 últimos anos, médio, de 1,9% ao ano. Na década de 80 a 89, 0,79%, e o grande crescimento da produtividade da soja foi antes do lançamento das sementes RR, foi dos anos 90 a 99, nós crescemos, em média, 4,4% ao ano, e na década 2000/2010 o crescimento foi de apenas 0,96% ao ano.



Então, é importante esse dado: 4,4% na década de 90, onde tivemos um grande *boom* de crescimento na produtividade da soja.

Próxima.

Aqui as principais tendências de produção que também estão nessa revista e que prevêm, no caso da soja, o crescimento de 57 para 81 mil toneladas no ano de 2020. No ano de 2008/2009, tínhamos 57,9%. Também estão aí colocadas as demais culturas, até porque na proposta macro, quando se fala em criação de fundos, a ideia é de que todas as *commodities* possam ter um fator futuro de crescimento.

Próxima.

A participação do Brasil no comércio mundial de alimentos. Aqui é apenas uma projeção. Para o açúcar, a tendência é ser estável até 2020, para o café também. Para a soja, prevê-se algum crescimento na participação no mercado mundial, chegando a 35,8 milhões de toneladas no ano de 2020, daí tem a divisão de soja e óleo, e o milho também, cuja perspectiva não é tão grande, mas existe uma perspectiva de nós partirmos de 10, 10,1, 10,9 que estamos hoje até 12,7, nos próximos oito anos.

Próxima.

Aqui é a composição das exportações, o quanto representa a *commodity* de soja, carnes, que são as duas mais importantes, e os derivados das florestas, mais importantes em percentuais, e o comércio total de cereais, embaixo também, que tem um valor expressivo. Esses dados depois poderão ser repassados para serem analisados com mais detalhes.

Próxima.

Aqui é a área de plantio, lógico, do Brasil, a produção em toneladas. Saímos de 2002 a 2011, de 41 a 74,8 milhões em 2011 – não temos os números de 2012 – e a área plantada. Dá para se ver que já tivemos, em 2005, 23 milhões, baixamos para 22, para 20; daí subimos novamente e, em 2011, atingimos 24 milhões de toneladas.

(Intervenção fora do microfone.)

Área – exatamente.

Próxima.

A soja total, a produção total é de 74 milhões, no ano de 2011, com uma produtividade média de 51,85 sacas por hectare – esse é um dado importante. A área da Soja RR atinge 85%; são 20 milhões de hectares, 442. Semente própria: são 6 milhões de hectares, o que representa, com 2% de *royalties*, 1,04 saco de soja/ano nessa área de semente própria.

Próxima.

Estimativa de arrecadação de *royalties*. Aqui nós fizemos uma mera expectativa. Nos 2% das sacas da semente própria, se o preço for de R\$40,00 a saca, a arrecadação da Monsanto seria de R\$255 milhões. Apenas em cima da semente própria; aí não está computada a incidência de *royalties* na venda das



sementes, esse valor não está computado aí. Aqui é o valor apenas da semente própria no ano 2011. Uma projeção de acordo com os preços: se fosse preço R\$30, R\$35 ou R\$40 a saca.

Próxima.

Aqui estamos apresentando uma proposta justamente dentro desse fundo que nós achamos que seria importante, até porque se nós tivermos um fundo vamos propiciar a que as empresas brasileiras, especialmente a Embrapa e as demais nacionais, também tenham oportunidade de participar desses fundos. Da forma como está posto hoje, temos apenas uma empresa, que é a Monsanto, que faz a arrecadação de 2% na RR, e não se tem um incentivo às nossas principais empresas. Ressaltamos sempre as nacionais.

A nossa proposta: Pegamos aqui como exemplo a produção de 2011, que já está computada, que seria de 74,829 milhões de toneladas. A ideia é cobrar meio por cento na fatura, na venda da soja, na hora da venda, na hora da fatura, de todos os produtos, de todos os produtores, independente se é soja de uma variedade ou de outra. Com meio por cento do valor, a ideia é repassarmos, do total da arrecadação – esses números calculados aqui não fecham porque mudamos os percentuais hoje de manhã –, mas o volume total, com meio por cento, é 250 milhões. Os quebrados, os números do meio não fecham nesse percentual. Nós tínhamos outros percentuais e ajustamos agora, de manhã. Mas o interessante é o valor total, que daria 250 milhões, descontando apenas meio por cento, ao invés de 2%, de toda a produção brasileira. A ideia é esse recurso repassar para o obtentor das tecnologias 65%; para pesquisa, 15% desse volume; para os sementeiros, aqueles que produzem a semente, 10%; e associação de classe, 10%.

É lógico que essa proposta pode ser estudada, pode ser modificada. Se formos para 1% do volume, o número total, embaixo de 500,498 milhões, é o que daria o total de desconto, descontando apenas 1% da produção. Não deu tempo para nós ajustarmos os cálculos, que foi feito agora, um pouquinho antes de iniciarmos a reunião, esses números parciais, que estão com percentuais diferentes.

Mas a ideia básica é esta: fazer com que, no faturamento do produto, se faça um desconto, esse recurso vá para o fundo institucional, um fundo nacional, que será gerenciado por órgãos do Governo e pelas entidades participantes e dividida, proporcionalmente, a produção ou a participação de cada obtentor no mercado, assim como os centros de pesquisa, os sementeiros e as associações de classe.

Próxima.

Exportação do complexo soja. Esta seria uma proposta paralela. Se nós não quiséssemos descontar na venda, poderíamos fazê-lo na exportação. É apenas uma apresentação sobre o produto exportado, se nós descontássemos os



2% os números que dariam. Mas é uma proposta, acho que não precisamos no ater muito.

Vamos para a seguinte.

Aqui são apenas os números que apresentamos das outras culturas. Não se apresentou nenhum cálculo, porque aí depende de *commodities* – no caso, o trigo, a cevada, aveia, enfim, as que estão aqui –, que poderiam, dependendo da ideia macro do País, também terem seus fundos, assim como em países desenvolvidos, especificamente Estados Unidos. Cada cultura tem a sua organização própria e tem os percentuais dos seus fundos justamente para incentivar a pesquisa como um todo em cada uma das cultivares que nós temos no País hoje. Com isso, a expectativa, no nosso entender, é de que vamos ter a condição de melhorar a tecnologia, a condição de produção, de produtividade de cada uma das nossas culturas.

Próxima.

Aqui nós fizemos uma projeção, em cima do ano de 2011, o que seria a participação da semente nova, da nova tecnologia que está sendo lançada pela Monsanto, hoje, se nós considerarmos 24 milhões de toneladas, o preço de 2011, preço da soja a quarenta sacos e a alíquota de 7,5% de *royalties* que é proposta hoje. Se a empresa tiver 40% de participação no mercado brasileiro, representaria 9,620 milhões de hectares; e 7,5% daria a participação da empresa em torno de 1,496 bilhão, ou seja, 1,5 bilhão seriam o resultado disso. No momento em que atingir 50% do mercado nacional, vai a 1.870. Quando atingir 60, 2.240 e 80, que é o percentual que tem hoje – hoje tem 85 na RR –; se atingir, nessa nova tecnologia, 80%, vai chegar a R\$3 bilhões por ano. Aí, não teríamos incentivos para as empresas nacionais. Esse recurso seria para uma empresa que tenha tecnologia, é evidente. Ela merece, ela precisa, mas não nesses percentuais. A ideia é que esses números sejam menores e rateados entre todas as empresas que atuam nesse mercado de sementes e tecnologias.

Próxima.

Aqui são só dados da Aprosoja – RS, que está apresentando essa proposição para o debate.

Esses são números reais que apresentamos no início. São projeções que estamos trazendo para o debate. É evidente que vai haver interferências, e é necessário que haja debates. Mas o que nós pretendemos com isso é que o Brasil, que é o País marcado, pelo seu destino, a ser um grande exportador de alimentos, que ele possa, cada vez, melhorar em termos de produtividade, em termos de produção. Na proposta principal, nós nos embasamos na soja, mas que seja não apenas a soja, mas, também todas as demais culturas, que são interessantes e fazem parte da produção e da economia brasileira.

Agradecemos pela oportunidade e, se precisar, nós estamos aqui.

Eu não sei se vou ter oportunidade de falar depois. Terei?



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sim. Depois fazemos mais uma rodada.

Agradeço a participação do Dr. Ireneu e passo a palavra, agora, ao Dr. Ivo Marcos Carraro, Diretor Administrativo da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças.

O senhor tem a palavra por 15 minutos.

O SR. IVO MARCOS CARRARO – Muito bom dia a todos. Gostaria de dizer para vocês da minha satisfação e honra de estar participando deste debate sobre este assunto muito importante, o valor da tecnologia. Estamos vivendo no Brasil, nos últimos trinta, trinta e cinco anos, sucessivos recordes na agricultura. Se formos analisar de forma global – e você já apresentou dados muito interessantes –, nós levamos 25 anos, de 1975 até 2000, para nossa produção passar de 40 para 80 milhões de toneladas. Aí eu pego todos os produtos porque todos os produtos estão tendo um ganho de produtividade e crescimento. Não vamos focar exclusivamente na soja, embora o assunto seja motivado hoje pela soja. Depois, nós levamos dez anos para chegar de 80 para 160.

Então, para mim, é muito significativa essa velocidade e nos coloca no mundo do agro com um destaque muito grande, a ponto de todo o mundo estar olhando para nós. E isso aconteceu com um crescimento de área muito pequeno.

Eu fiz um cálculo uma vez. Se tivéssemos mantido os níveis de produtividade que tínhamos em soja e milho, por exemplo, em 1976 – soja, 1.500 quilos por hectare; milho, 1.250, mais ou menos –, hoje nós estamos com 3.000 na soja, números redondos, 4.000 no milho, se tivéssemos mantido aquela produtividade durante os 35 anos, para chegarmos em 160 milhões de toneladas, teríamos que ter avançado, desmatado ou desbravado mais 80 milhões de hectares. Portanto, a agricultura, com a sua eficiência, talvez seja a maior preservadora do meio ambiente que podemos ter, com a busca da tecnologia da eficiência para aumentar a produtividade e não a área plantada. É claro que o Brasil tem uma fronteira agrícola estupenda e todo o mundo está de olho nisso, mas, sobretudo, temos que valorizar o que conquistamos.

Eu dividiria também esses dois períodos, esse crescimento nosso, numa primeira fase, antes da abertura do Brasil para o mercado internacional, que ocorreu na década de 90, onde nós tínhamos um esforço de pesquisa apenas desenvolvido com os recursos internos do País, com a criação da Embrapa em 1973. Lá no Paraná foi criado o Iapar também nessa época. Outros Estados mais antigos na agricultura já tinham os seus institutos. E foi criada também a empresa na qual eu trabalho há muitos anos, criada pelas cooperativas do Paraná, que é a Coodetec. O senhor, que é lá de Cascavel, deve conhecer a nossa luta lá. E nós trabalhamos muitos anos sem recurso de origem do reconhecimento da nossa tecnologia. E assim mesmo, usando recurso da sociedade, através do Tesouro Nacional, que sempre custeou e continua custeando, e deve custear ainda mais a



Embrapa, e os recursos das cooperativas daquela época, que dedicavam até um valor expressivo e nós conseguíamos, somando esforços com outras entidades – depois veio a Fundação Mato Grosso –, enfim, não vou numerar todas aqui, até essa primeira fase.

Estrategicamente, este Congresso decidiu nos anos 95, 96 e 97 criar um marco legal que foi muito importante. Primeiro, foi a Lei de Biossegurança, que permitiu o Brasil entrasse na era da biotecnologia – isso em 1995.

Em 1996 tivemos a mudança na Lei de Patentes e o reconhecimento de alguns produtos, inclusive os produtos oriundos da biotecnologia patenteáveis. E o terceiro foi a criação da Lei de Proteção de Cultivares, que digo para vocês como um testemunho da minha empresa. Se não fosse isso, nós já teríamos fechado as portas há muito tempo; seria uma empresa a menos, gerando cultivares e tecnologia para a agricultura, assim como tantas outras que nem surgiriam, nem teriam uma sustentação.

A Fundação Mato Grosso é outro exemplo importante disso. O Senador Blairo sabe muito disso, foi fundador lá e sempre um estimular, mas vocês custearam a Fundação durante muito tempo. Hoje, ela é autossuficiente pelos *royalties* que recebe pela sua tecnologia, assim como nós das cooperativas, que se somam às empresas públicas e outras empresas nacionais nessa luta. Porém, o Brasil ao escolher o caminho da abertura e do reconhecimento do valor da tecnologia, através das leis que eu já citei, Patentes e a... A biossegurança não faz isso, mas permite e organizou muito bem a pesquisa de biotecnologia aqui.

Então, nós entramos em uma nova era, em um novo cenário totalmente diferente. E isso ainda não terminou; isso está começando agora. Se o teu número de soja – que você mostrou –, na última década, não teve um ganho significativo de produtividade somente naquele período, tudo isso está por vir ainda, porque estamos apenas começando uma nova fase.

Para vocês terem uma ideia, esse novo cenário que nós estamos vivendo, praticamente 10, 12 anos – porque nós começamos a ter presença maior de empresas globais... Talvez para as empresas nacionais isso aí seja um pepino muito grande, um problema muito grande, porque você muda o teu nível de competição, que antes era entre Coodetec, Embrapa, Fundação etc., Fundacep, lá no Rio Grande do Sul. Hoje, não. Hoje a gente tem que competir com a Monsanto, com Syngenta, com Pioneer, etc. Mas para a agricultura brasileira isso não é ruim. E se é ruim para nós, eu parablenho, Ireneu, pela proposta de se criar um fundo porque isso é um problema brasileiro, gente. As empresas globais estão no mundo, elas são empresas privadas que buscam colocar o melhor valor possível no seu produto. E se nós não temos como nos defender, nós temos que pagar, porque o que a Monsanto cobra, esses 7,5% que você colocou como *royalties*, não é *royalties*; isso aí nós somos os culpados por isso, porque o nosso agricultor tenta sonegar a semente. Ele não está prejudicando a Monsanto, ele está



prejudicando a Fundação, a Coodetec e outras empresas, a Embrapa, quando ele sonega a compra de semente ilegal, e isso aí é um freio nesse problema.

Ora, ninguém é santo totalmente. Se eu falasse que todo agrônomo é legal, é santo. Não, eu estaria mentindo. Se eu falasse que todo o padre é santo... Todas as classes têm as pessoas que querem sobreviver à custa dos outros. Gente, não existe almoço de graça; alguém está pagando, você pode ser convidado, mas alguém está pagando.

Então, esses 7,5% não são *royalties*. A bem da verdade, eu quero dizer para vocês que esses 7,5 são um freio na sonegação de *royalties*. O *royalty* é outro valor, é menor.

E outra coisa, a Monsanto... Não estou aqui para defender a Monsanto, mas quero ser justo. Por quê? Porque do *royalty* que ela está cobrando... E não importa o valor, esse valor o mercado vai ajustar. Ninguém é obrigado a implantar uma tecnologia. Ninguém é obrigado, há outras.

Nós acabamos de lançar agora, César, uma variedade convencional para o cerrado. Será que nós, a Coodetec, estamos *démodé*? Não. A Fundação lança variedade convencional, a Embrapa lança variedade convencional; o agricultor é livre para escolher. Agora, estamos discutindo aqui se o valor é grande. É grande sim. Agora, o mercado tem que regular, o agricultor é livre. Se ele adotar a tecnologia e tiver resultado com ela é porque vale. A minha tese é esta: o mercado é livre. O que nós temos que discutir – e eu acho que o Ireneu entrou muito bem nesse assunto aqui e que diz respeito a esta Casa – é uma política de pesquisa nacional efetiva, porque do jeito em que nós estamos hoje nós não podemos competir e criar níveis de competição com as empresas que investem muito.

Eu fiz uma conta ontem, somando Syngenta, Dupont, Monsanto e Dow, essas quatro empresas, somadas, elas investem dez milhões de dólares por dia. A Coodetec investe dez milhões de reais por ano em pesquisa. A Embrapa tem um orçamento anual, para todos os produtos, pouco mais de um bilhão. Não sei o número exato, mas é por aí. Então, gente, nós precisamos pensar numa alternativa para que o Brasil tenha mais competição nessa área, privilegiando, naturalmente, nessa política, as empresas nacionais, não somente as públicas. Tem muita iniciativa privado que tem um mérito muito grande. Eu acabei de citar a Fundação, Fundacep, Fundação MT, Coodetec etc., que estão somando aí. Agora, nós podemos ficar sem a tecnologia que as empresas globais trazem? Não! Não podemos ficar, nem a Embrapa pode ficar. A tecnologia não tem nome, a tecnologia é uma coisa que chega e o agricultor quer. Por isso que o agricultor migra, ele nunca compra uma semente baseado no nome da empresa, ele compra baseado no desempenho daquela semente, não importa de quem seja, se é da Monsanto, se é da Embrapa ou se é da Fundacep ou se é da Fundação. Então, é isso que precisa ser analisado.



Por isso estou muito feliz, hoje, por essa oportunidade de a gente discutir esse assunto. E eu acho que muito mais relevante que ficar discutindo o valor da tecnologia que a Monsanto está propondo é discutir qual é a política brasileira de pesquisa na agricultura. Se quisermos ser um país agrícola, de reconhecimento mundial, nós não podemos ficar na mão do mercado, como nós estamos hoje. Nós temos que ser mais competitivos.

Mais um exemplo para finalizar. A China, o Governo da China investiu em biotecnologia, nos últimos 15 anos, um volume de recursos igual ao que a Monsanto investe, ou seja, dois, três milhões de dólares por dia. Eles têm o *trait* Bt, próprio do governo à disposição dos agricultores, competindo com o *trait* da Monsanto. Por que nós não podemos ter isso? É foco, gente; é foco no que temos que fazer. Se a empresa do César quer manter um mercado de material convencional, a pesquisa tem de oferecer para ele essa alternativa; e nós estamos fazendo isso. Então, discutir valor não é o caso. O mercado regula isso. Nós temos de discutir coisas superiores, maiores do que isso, em minha opinião.

Então, eu queria dar essa contribuição.

Para o setor sementeiro, existe uma participação no *royalty* que a Monsanto... No *royalty*, não nos 7,5%, que são castigo. O *royalty* é de R\$115,00 por hectare. É um preço que a Monsanto colocou. Eu achei caro, também. Confesso para vocês que achei caro. E os 7,5% estão atrelados. Não adianta você cobrar na semente um valor "x" e na moega, que é o castigo para aquele que não comprou semente, ou sonegou o *royalty*, você pôr um valor menor.

Aí, nós vamos transformar o Brasil no paraíso dos piratas, entende? Isso aí não pode acontecer. Eu acho que o Congresso precisa proteger também isso. A pirataria de semente é uma coisa séria, e atrapalha e dá prejuízo para o País, não para as empresas só.

Então, a Monsanto pegou esse valor e compartilha com a cadeia. O obtentor da variedade recebe uma coisa chamada *bridge incentive*. Se nós não temos incentivos do agricultor, nós estamos tendo na participação do *royalty* que a Monsanto coloca no mercado, porque nós desenvolvemos as variedades. Nós, que eu digo, desde Coodetec, Embrapa e todo mundo que está envolvido.

A Monsanto, nesse caso, abriu... Não sei se todos sabem, mas ela, desde o início dessa pesquisa da soja intacta, convidou várias empresas. Hoje, são 10 empresas. Então, você vai ter soja intacta de 10 marcas diferentes. E ela vai compartilhar, também, parte desse *royalty*.

Então, parte daquele ganho que você mostrou e que, na verdade, é bem menos do que aquilo ali, vai vir para as empresas, o melhoramento vai vir para os sementeiros, para o setor sementeiro; e seria uma boa, também, que houvesse, nesse *royalty*, a participação da Abrasem, das empresas todas, das entidades de classe todas, mas eu acho que vindo de uma proposta como essa para o Congresso analisar, isso pode ser.



Eu lembro, aqui, um exemplo muito positivo que houve quando o trigo nosso era controlado pelo Cetrin. Era 0,4% dedicado à pesquisa, e isso possibilitou que muitas empresas surgissem, inclusive as cooperativas do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Então, têm exemplos aí.

Pessoal, muito obrigado.

Eu queria só dizer que tecnologia, toda tecnologia tem seu valor e quem regula esse preço é o mercado, porque nós temos uma decisão livre por parte do agricultor. Ele é quem vai decidir se é caro ou se é barato.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Ivo, pela sua explanação.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Filipe Teixeira, Chefe da Secretaria de Negócios da Embrapa.

O SR. FILIPE TEIXEIRA – Bom dia. Primeiro, eu gostaria de agradecer, em nome da Embrapa, o convite para estar aqui.

Esse tema “Biotecnologia e Propriedade Intelectual” é um tema de extrema importância para nós, quer dizer, a gente sabe do impacto da biotecnologia para a agricultura e do futuro que virá com relação a isso, e propriedade intelectual da mesma forma.

Então, a apresentação, que não é exatamente essa que está na tela... Eu pediria que o colega colocasse ali. Ela vai tentar tratar desses dois assuntos, como base para toda essa discussão que a gente vem trazendo aqui.

Bom, rapidamente, como introdução, eu estou aqui para falar em nome da Embrapa, como vocês sabem, uma empresa pública, quer dizer, pertencente, portanto, a todos nós, que tem como objetivo e missão – a gente pode passar para o próximo *slide* – trabalhar para trazer soluções para a agricultura nacional, para a sociedade brasileira de forma geral.

É uma instituição já a completar os seus 40 anos, com quase 10 mil empregados, 2,3 mil pesquisadores, um grande número de doutores, quer dizer, uma massa crítica capaz de gerar tecnologia de algo impacto, distribuída em todo o território nacional, através de seus centros de pesquisa e com cooperação pública e privada nos mais diferentes países.

Próximo *slide*.

É uma empresa que tem contribuído para que o nosso País possa trabalhar com uma agricultura de alta *performance*.

O Brasil foi capaz, através das mais diversas instituições – universidades, instituições de pesquisa públicas e privadas, inclusive –, de desenvolver uma agricultura de alta *performance* num território tropical.

Nossos agricultores são responsáveis por isso, por terem trabalhado dessa forma, mas a tecnologia foi fundamental para que a gente pudesse construir isso.

Mais uma.



Eu vou pedir muitas desculpas, porque alguns *slides*, infelizmente, estão em inglês, porque a fonte era em inglês e eu não consegui alterá-la.

Tecnologia essa que faz diferença no campo, faz diferença para o produtor. Esses números já foram colocados com relação à manutenção de área produzida e ao aumento da produção, o que se reflete diretamente, a partir de um aumento da produtividade no Brasil, produtividade essa que é resposta à aplicação de tecnologia no campo.

Mais uma.

Isso nas mais diversas culturas. Alguns dados foram trabalhados, aqui, com relação à soja, mas não só na soja, como no arroz, no milho, no trigo.

Se a gente pegar os 40 últimos anos de pesquisa, eles foram responsáveis por mais que dobrar a produção das mais diversas culturas no País. Esse aumento de produção e produtividade tem sido altamente responsável pela manutenção da questão do meio ambiente e pelo aumento de renda no campo – mais um *slide*, por gentileza –, e pelo crescimento da agricultura em todo o território nacional, ou seja, levando desenvolvimento para mais diversas partes do País.

O caso da adaptação da soja é um exemplo clássico disso. A gente, a partir de tecnologia, conseguiu fazer com que todo o País pudesse ser beneficiado pela agricultura.

Mais um *slide*, por gentileza.

A biotecnologia entra nesse cenário com muita força e no mundo inteiro. Se a gente pegar os números do crescimento em termos de aplicação em biotecnologia no campo, a gente vê que tem sido uma opção do agricultor, em várias culturas e por todo o mundo. O crescimento tem sido bastante exponencial.

Mais um *slide*.

Hoje, no mundo, por exemplo, 82% do algodão já vêm da biotecnologia; 75% da soja, 32% do milho e 26% da canola já utilizam biotecnologia na produção.

Mais um *slide*.

No Brasil, não tem sido diferente. Os números têm demonstrado que o produtor também tem optado pela utilização da biotecnologia.

Os números da soja, por exemplo, demonstram claramente que nos mais diferentes Estados, com exceção de alguns poucos Estados, a biotecnologia tem sido aplicada no campo e, como o Dr. Ivo colocou, tem sido aplicada porque tem trazido retorno ao produtor.

Mais um *slide*.

Isso não é verdade só para a soja, mas para o algodão também. A gente tem visto o crescimento em termos da aplicação de biotecnologia, com mais de uma tecnologia sendo aplicada, e esse foi um dos pontos em que o Ivo tocou e que eu gostaria de reforçar, quer dizer, o importante é que o produtor tenha essa opção. O que a gente não pode permitir é que ele perca a opção de escolha, mas,



uma vez tendo a opção, deverá caber a ele optar por escolher ou não a biotecnologia.

Mais um *slide*.

Aí, é interessante, por exemplo, o arroz. Quando a gente fala de biotecnologia, a gente costuma atrelar, diretamente, a questão da transgenia, mas, por exemplo, no arroz a gente tem uma experiência no campo, com relação à mutação, que também é biotecnologia, porque também é interferência nas cultivares, através de técnicas de modificação. Então, também uma aplicação clara de biotecnologia no campo.

Portanto, é uma tendência mundial, é uma tendência nacional, os agricultores têm optado por utilizar esse tipo de tecnologia.

Mais um, por gentileza.

Então, fica claro, portanto, que o tema biotecnologia e utilização de biotecnologia será cada vez mais importante para o País.

A gente vem para a segunda parte da discussão, que é: quando a gente fala em cobrança de *royalties*, a gente está falando baseado em um modelo, que é um modelo de propriedade intelectual.

Então, como tem sido aplicada a propriedade intelectual e, no final, a gente faz o *link* disso com biotecnologia. Eu trouxe essa informação, aqui, mais a título de curiosidade.

A primeira informação sobre propriedade intelectual no Brasil remonta a 1752.

Foi um privilégio de invenção, e notem vocês, que foi exatamente na área de Agricultura.

Era uma máquina de arroz, ou seja, a primeira patente, ou o que deu origem, futuramente é uma patente no Brasil, surgiu no campo, demonstrando que aqui agricultura sempre foi algo de vanguarda.

Mais um *slide*.

Com o passar dos tempos, a propriedade intelectual se reforçou no Brasil e tem sido trazido num conjunto de leis que criaram, atualmente, baseados na nossa Constituição Federal e num conjunto de leis, um arcabouço jurídico sólido que fez com que o Brasil fosse reconhecido e respeitado pela propriedade intelectual. E isso tem um impacto extremamente importante do ponto de vista de desenvolvimento do País, porque é isso que permite que não só a gente gere tecnologia no Brasil, mas que a gente atraia tecnologias que sejam aplicadas em nosso País gerando modelos de negócios factíveis.

Mais um *slide*, por favor.

E na agricultura não é diferente. Quer dizer, falar de propriedade intelectual e, conseqüentemente, de pagamento de *royalties* na agricultura, a gente tem isso em nosso dia a dia. Grande parte das tecnologias que são aplicadas no campo está de alguma forma protegida. Então, a gente costuma ver muito claramente na questão da biotecnologia, talvez até por haver uma



separação entre pagamentos, mas no momento em que você está usando inoculantes, está usando fertilizantes, está utilizando equipamento, você está utilizando propriedade intelectual e está pagando *royalties* de certa forma, só que embutidos no preço do produto.

No caso da semente não é diferente. A semente, na verdade, é um grande vetor de transferência de tecnologia. Dentro dela está inserido um conjunto de tecnologias desenvolvidas pelas mais diversas fontes, pelas mais diferentes instituições, nos diferentes tempos, tecnologias que se reúnem naquele objeto físico, uma semente, para ser levado até o campo.

Então, hoje, um conjunto de tecnologias tem sido inserido nesse objeto, tanto por modificação convencional quanto por modificação através de organismos geneticamente modificados. Essa semente, portanto, é um vetor de transferência de tecnologia que carrega, assim como as outras tecnologias, a proteção intelectual sobre o conhecimento gerado.

Mais um, por gentileza.

E essa proteção intelectual tem permitido, nos mais diferentes campos, portanto, que você construa modelos de negócios capazes de favorecer a geração de tecnologia e levar essa tecnologia ao campo. É através da propriedade intelectual que tem sido possível montar modelos de negócios para a geração de parcerias, atração, portanto, de outros parceiros, de outros intelectos, para que, em conjunto com instituições brasileiras e outras instituições, gere-se tecnologia, o acesso à tecnologia de terceiros.

É garantindo um mercado seguro, com legislação segura, que a gente consegue atrair tecnologias de terceiros para que sejam aplicadas no nosso campo, que, no final das contas, irá concorrer mundialmente – afinal, a gente está falando de uma área extremamente aberta ao mundo. E o retorno é investimento em pesquisa. É assim que as instituições se mantêm, é assim que elas podem reinvestir em pesquisa.

Mais um.

Esse modelo de proteção intelectual tem permitido que instituições, como a Embrapa, gerem parcerias, e isso aqui é um exemplo que serve para diversas instituições.

Meu amigo Ivo falou novamente sobre a geração de tecnologia conjunta. A Embrapa tem trabalhado com a geração de tecnologia, atraindo tecnologias de empresas, inserindo-as não só nas suas cultivares, mas gerando tecnologia em conjunto, gerando novos eventos, e a maioria das empresas tem tido acesso a esse tipo de tecnologia.

Essa forma de geração de tecnologia, baseada em parcerias, baseada em retorno em pesquisa, necessita de uma proteção intelectual que garanta um retorno para esse investimento. Portanto, a discussão se torna cada vez mais importante por reforçar que o país é um país que respeita a propriedade intelectual, que respeita as leis de mercado e que se insere no mundo dessa



forma. Garantir essas regras, portanto, é fundamental, garantir que as instituições possam se colocar no mercado de uma forma organizada e comercial para que cheguem até o fim da linha.

Mais um, por gentileza.

Agora, é importante que isso não fique restrito a poucos e, novamente, como já foi mencionado anteriormente, o agricultor precisa ter opções, o agricultor precisa ter o direito de escolha, de escolher a tecnologia que quer utilizar. Hoje a gente tem como eventos liberados pela CTNBio, eventos para soja, milho, algodão e feijão. É importante que a gente mantenha, e manter significa continuar investindo em pesquisa, continuar garantindo acesso ao mercado para variedades convencionais.

Existe, sim, um campo para esse tipo de tecnologia, e é importante que o agricultor tenha sempre isso a seu alcance. A gente não pode – a gente tem essa experiência em outros países – tender a uma retirada das instituições ou desse tipo de tecnologia do mercado. Então, é papel também da Embrapa garantir que o agricultor sempre terá a opção de escolher, por exemplo, tecnologia convencional.

E além da tecnologia convencional, a gente tem de garantir que o conjunto de tecnologias geneticamente modificadas seja também impactante para o produtor; ou seja, que ele não fique ligado somente, por necessidade, a uma ou outra empresa. E que não seja, inclusive, somente a Embrapa, que existam outras empresas que possam prover tecnologia. E é isso o que tem acontecido no mercado.

Hoje, para a soja, a gente tem um conjunto de tecnologias sendo liberado, a Embrapa inclusive liberará muito, já tem a liberação comercial no Brasil, a gente está aguardando a liberação no exterior para que a gente possa lançar uma soja geneticamente modificada... E já temos também o nosso feijão. Agora, diversas empresas têm participado desse mercado.

Certamente, ter proteção intelectual vai garantir que outras empresas também entrem nesse mercado. Ter investimento em pesquisa e em pesquisa nacional, atrair pesquisadores, ter recursos para a pesquisa, buscar soluções no exterior certamente farão com que a gente aumente esse número de tecnologias à disposição do produtor.

Mais um.

A colocação dessas tecnologias no mercado tende a crescer. O *park-line*, hoje já posto dessas empresas, por exemplo, do ponto de vista da soja, de eventos de uma forma geral, para insetos e resistência, em 2008, eram 21 e, em 2015, serão 57 tecnologias à disposição, tolerância a herbicidas de 10 para 32, resistência a vírus, de 5 para 10. Portanto, haverá, sim, um *input* de tecnologia forte no mercado nesse tema – isso aqui mundialmente falando. O que a gente precisa é a garantia de que o agricultor brasileiro terá acesso a isso, que ele será capaz de concorrer no mercado internacional acessando tecnologia de ponta onde



quer que ela exista, seja por meio da Embrapa ou por meio da Coodetec, por meio de outras instituições nacionais ou mesmo por meio de instituições multinacionais. O benefício que o agricultor tem acesso é mais importante, nesse caso, do que a fonte. Certamente, é preciso que a gente tenha, para isso, o investimento, o que foi muito bem colocado pelo Dr. Ireneu. É preciso que todas as partes se beneficiem disso de alguma forma.

Agora, o benefício não pode prescindir o respeito às regras já postas no País, ele não pode prescindir a observância da propriedade intelectual.

O último, por gentileza.

Para que a gente possa garantir – esse número é muito mais conhecido dos senhores – essa pujança do agronegócio; para que a gente possa garantir que o nosso produtor tenha as melhores condições tecnológicas disponíveis para competir no mercado globalizado e fazer com que o nosso agronegócio seja um agronegócio lucrativo e respeitado em qualquer parte do País.

Esse era o último *slide*. Peço desculpas, se eu corri um pouco, tenho o costume de falar rápido. Mas a gente lá na Embrapa está à disposição para qualquer nova discussão. É um tema, como eu disse, extremamente importante para a Embrapa, no qual nós gostaríamos de estar inseridos constantemente discutindo que tipo de oportunidade a gente pode levar ao campo, como atrair novos investimentos para pesquisa, novas pesquisas, novas tecnologias e trabalhar em conjunto com o agricultor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Filipe.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Glauber Silveira da Silva, Presidente da Associação dos Produtores de Soja.

O SR. GLAUBER SILVEIRA DA SILVA – Bom dia a todos. Obrigado e parabéns por esta audiência, é muito importante. Esse tema biotecnologia, sem dúvida, é fundamental. É muito importante essa discussão.

Passe, por favor.

Bom, ali está, como foi já apresentado, a adoção da biotecnologia. Então, hoje, nós estamos aí, no âmbito de Brasil, já vamos chegar, provavelmente, nessa próxima safra com 85% de adoção de biotecnologia. É claro que, no caso das variedades convencionais, nós estamos diminuindo muito. E, realmente, é uma grande preocupação dos produtores. Já fizemos vários seminários, a Aprosoja junto com a Abrange. Temos o programa Soja Livre, onde buscamos manter um número mínimo, pelo menos, de sojas convencionais. Isso é só uma questão – também, muitas vezes, foi dito até pelo Senador Blairo Maggi –, uma questão de segurança nacional. Acho muito importante que a gente mantenha, principalmente que o Brasil detenha um banco de germoplasmas que seja importante para a alimentação brasileira.



Próximo, por favor.

Então, está aí. O Brasil em relação ao mundo, hoje, com relação à soja, está acima do mundo em relação à adoção de biotecnologia. O Brasil, sem dúvida, a partir da liberação da biotecnologia, avançou muito. Hoje, somos o segundo país já em adoção de biotecnologia, estamos muito evoluídos. Vejam bem a Argentina. Há pouco tempo, perdíamos para a Argentina com relação a isso e, hoje, superamos a Argentina. Somos o segundo do mundo, só perdendo para os Estados Unidos, e estamos avançando muito.

Há algumas culturas. Por exemplo, o caso do milho, em que a adoção tem sido muito rápida. Ou seja, como produtor e como presidente de uma associação, como já foi dito aqui, nós estamos interessados realmente naquilo que aumente a nossa produtividade, mas principalmente em que haja um aumento da nossa receita, da nossa rentabilidade. Eu lembro quando a gente plantava: eu, meu pai e meu avô plantávamos soja; no começo a gente muitas vezes colhia lá 20 sacas de soja, mas, em compensação, era uma festa toda. Hoje muitas vezes tem produtor colhendo 50 sacas de soja, e é uma choradeira toda. O importante é que realmente haja o que se chama de rentabilidade, que é o principal que nós perseguimos, como em todas as culturas.

O próximo, por favor.

Só para a gente entender um pouquinho, porque esse negócio de... O que é? O que acontece? Tudo começa com uma cultivar. Isto que é importante: o Brasil manter um Banco de Germoplasma, em que você tenha lá o lançamento de uma nova cultivar. E a gente vê que houve momentos em que houve produtividade muito grande. Eu lembro que foi no ano de 1990, quando a gente teve o cancro da haste, e aí a pesquisa evoluiu demais. A gente fala que, em guerra, geralmente os países se superam. Nós, aqui no Brasil, a gente tem se superado. Quando surgem algumas doenças, algumas crises na agricultura, foi quando a gente conseguiu lançar variedades resistentes ou cancro da haste e houve um grande ganho de produtividade.

Então, aí a gente tem uma cultivar, que é a expressão do germoplasma. E esse é um direito da Lei de Proteção de Cultivares.

Próximo, por favor.

Então, está lá o gene patenteado. Depois, a gente tem uma patente. Quando você tem um evento, como foi caso do RR1, que se colocou lá um evento dentro de uma cultivar. Então, aí você vai ter uma soja, por exemplo, uma Pintado, que a gente plantou muito no Mato Grosso... Então, a Pintado é uma cultivar que, depois, pode ter virado resistente ao glifosato. Colocou lá a resistência ao glifosato. Então, ela, além de ser uma variedade da Pintado, com todos os benefícios, como foi o caso da resistência à chuva no Mato Grosso, da resistência a nematóides, assim por diante, ela passa a ser também resistente a uma coisa além que é ao glifosato.

Próximo.



Então, aí você tem a Patente 1 e tem o direito do obtentor.

Próximo, daí que surgem as questões. Muitas vezes, mesmo dentro de uma cultivar, mesmo que seja uma Pintado – e estou dando esse exemplo porque é do meu Estado –, você pode ter várias patentes. Ou seja, você pode ter várias patentes. Você pode ter a resistência ao glifosato, você pode ter a resistência a nematóides, você pode ter resistências a doenças, e assim por diante. Essa é a grande questão do produtor.

Hoje você tem... Como vai se gerar tudo isso? Essa é a grande discussão. Como é que a gente vai controlar tudo isso? Você pode ter uma patente, como vocês podem ver lá, eu, por exemplo, posso ter uma cultivar, lancei uma cultivar que pode ter, lá dentro, um monte de patentes de outras empresas, seja da Dow, da Monsanto, da Embrapa e assim por diante. Como é que se vai dar essa cobrança de *royalties* nisso tudo? Quer dizer, o produto ficar no emaranhado.

Próximo.

O que temos hoje em perspectiva? Vejam o que está acontecendo. Então temos agora... O que está acontecendo? Por exemplo, a Monsanto está lançando um novo evento, por exemplo, que é o caso da Intacta. Mas o Brasil está sendo muito eficiente de aprovar esses eventos, só que estamos tendo problemas de aprovação na Europa e em outros países. Ou seja, porque a agricultura brasileira é uma agricultura tropical. Toda a agricultura se deu com base em climas temperados. Depois, hoje, a agricultura tropical avançou. Então, temos aqui doenças, temos pragas que outros países não têm. Então, no caso de uma Intacta, que ela é Bt. Na Europa, você não tem problemas de pragas, não é? E daí você chega lá, e os caras não têm por que testar essa variedade lá. Então, eles ficam fazendo restrições para aprovar.

Então, o que pode acontecer com o Brasil? O Brasil, por ter uma agricultura tropical, muitas vezes pode até estar assinando acordos internacionais que podem prejudicar o próprio Brasil. Eu acho que é para isto que eu gostaria de chamar muito a atenção do Senado: para algumas barreiras que estão se criando não tarifárias em relação à biotecnologia e à tecnologia gerada no Brasil, como é o caso de você ter muita demora de aprovação de tecnologia gerada aqui dentro em outros países, como é o caso de pragas e doenças.

Próximo, por favor.

Então, o que a gente tem? A gente tem um monte de novos eventos ali. Então, há eventos de estresse hídrico. Ou seja, a biotecnologia, assim como a tecnologia em si, é fundamental. Agora, como a gente vai segregar isso na propriedade? Porque, hoje, como a gente só tem a RR1, nós, como associação, tivemos diversos embates com as empresas detentoras para poder normatizar isso. Muitas vezes, eu tenho um produtor, tenho só um armazém e, no caso, como eu segrego isso? Como acontece isso? Como é que se dá essa questão? E quando você tiver todos esses outros eventos, como é que vai ser a cobrança dos



royalties? Então, essa é a grande discussão que é importante também a gente colocar e que o Senado levantou muito bem para a gente discutir.

Próximo.

Hoje, por que estou batendo em cima disso? Nós temos quatro formas de cobrança. Então o produtor realmente pode pagar no boleto, você vai direto para a compra da semente; você declara, você paga de forma direta na compra da semente, você tem a semente que é salva, você tem só na entrega do grão, tem aquele que não declarou que chamam de semente pirata e de quem vai ser cobrado também o *royalty* na moega. Ou seja, dos grandes problemas que acontecem, muitas vezes, o produtor paga na semente, compra a semente de soja transgênica e muitas vezes quando ele vai entregar a soja na *trading*, dependendo da produtividade que ele teve – a gente tinha problemas há pouco tempo –, ele ainda tinha uma retenção da soja desse produtor. Esse tem sido um grande problema. Os produtores ficam aborrecidos com as formas, o jeito intransigente que essa cobrança tem sido feita dos produtores.

No próximo *slide* isso fica mais claro.

Então, qual é o grande problema? No Brasil, nós temos duas coisas: uma, a lei de proteção de cultivares e, outra, o caso das patentes. O Brasil adotou, ele tinha opções e adotou as duas coisas. Então nós temos a lei de proteção de cultivares e a lei de patente. E, por incrível que possa parecer, vocês viram lá atrás, quando você tem uma cultivar, você tem uma lei de proteção de cultivares e, se alguém coloca lá uma patente, você misturou. Então, quer dizer, nós já misturamos duas leis, como foi apresentado aqui, e aí virou uma salada. O que vale, o que não vale... Aí, no caso, você tem leis discutidas aqui no Congresso que querem acabar com a semente salva, que é uma proteção do produtor.

Então, grandes questionamentos surgem. É porque nós temos uma preocupação muito grande, não só os produtores, mas, tenho certeza, também os sementeiros deste País, de não se poder salvar a semente – e tem lei tramitando hoje no Brasil que proíbe a venda da produção. Se eu salvei uma semente, eu reproduzi essa semente eu não posso vendê-la no mercado, é só para o meu consumo. Mas para eu comer um hectare de soja não é fácil, não é, Senador? É um pouco difícil.

Então, realmente, hoje como é a cobrança de *royalties* é muito complicado. Quando você pega uma lei que proíbe a venda de produção, só pode consumir como alimento, é muito complicado um negócio desses. Hoje, a cobrança é muito confiscatória. Sou sincero em falar para vocês que é um problema que os produtores reclamam muito. Porque, hoje, o produtor não tem muita liberdade, porque a empresa compradora é que audita e fiscaliza essa questão dos *royalties*. Então é preciso realmente mudar algumas coisas.

Próximo.

Então, a nossa posição, a posição dos produtores. Nós pedimos para o Senado manter a semente salva do Brasil; ela é importante para a nossa



segurança. O Brasil, como um grande País que vai ser cada vez maior na produção de alimentos, tem que ter esta garantia: garantia da venda e da produção oriunda da semente salva, mas é claro que defendemos o pagamento dos *royalties*. Não estamos aqui, de forma alguma, a nossa associação, os produtores não defendem a ilegalidade; nós somos pela legalidade. Agora, é claro que, dentro da cobrança de *royalties*, nós defendemos a uniformidade da forma de cobrança. Ou seja, o que se vai pagar que seja na semente e não que você tenha várias opções. Nós defendemos uma opção. Mas tem produtor que salva a semente pirata, tem a tal da semente pirata. Isso é uma coisa de ilegalidade. O grande problema é que os produtores bons estão pagando pelos maus. Está todo mundo colocado na mesma ala. E no Brasil parece que, muitas vezes, ser bandido é um benefício. Então, o produtor que paga direitinho, que faz direitinho, sofre uma penalidade com isso.

Então, o *royalty* tem que ser um benefício comprovado. É isso que nós dizemos. Quando você tem lá, por exemplo, a RR1, você tinha uma cultivar e colocou lá uma patente, essa patente fazia a resistência ao glifosado. Então, qual é o ganho? A resistência ao glifosado. Isso trouxe que ganho? Você diminuiu os herbicidas. Qual foi a economia do produtor? Foram 20 reais? Beleza. Nós vamos pagar uma parte desse ganho para a patente. Agora, isto tem que estar muito bem comprovado, esse ganho. E também precisamos de uma solução para o problema de contaminação. Esse é um problema muito serio que precisa ser normatizado.

Próximo.

Outra coisa que eu queria chamar a atenção aqui do Senado é que o Brasil tem assinado muitos acordos internacionais. Vou dar um exemplo: um acordo internacional que foi assinado com relação à proteção da biodiversidade da Amazônia, porque vinham muitos pesquisadores aqui e pegavam lá uma planta da Amazônia, faziam um remédio... E o Brasil simplesmente assinou tratados internacionais e pode assinar agora o de Nagoya.

O que esse de Nagoya está dizendo? Ele simplesmente está dizendo que se você não tem a soja – a soja aqui, por exemplo, o que ela é? Ela é chinesa – nós todos vamos ter que pagar *royalties* para a China. Se eu quiser desenvolver uma nova pesquisa sobre soja aqui, no Brasil, vou ter que pagar *royalties* para a China.

No caso nosso da agricultura não temos nada que é brasileiro mesmo. Muito pouca coisa. Temos a borracha. Agora, o arroz, o milho, o feijão, a soja, não são brasileiros. O Brasil terá que pagar *royalties* para outros países e vai ter que pagar toda vez que fizer pesquisa; ele vai ficar engessado.

Então, o Brasil tem que tomar muito cuidado.

Peço a atenção do Senado, porque o Senado é onde se pensa muito no Congresso. O Brasil, infelizmente, muitas vezes por alguns acordos internacionais, não tem pensado no longo prazo. Tem pensado muitas vezes na



proteção de um determinado setor e pode prejudicar outros setores. Então, essa realmente é uma grande preocupação.

Eu queria colocar aqui a questão que foi colocada de que o mercado é livre. Como produtor, eu não vejo assim. O mercado não é tão livre – vocês entenderam? Não é tão simples. Então é aquela questão, por exemplo, do carro. Vou pegar um exemplo para vocês: o cara que inventou o limpador de pára-brisas – acho que muita gente já viu esse filme. Hoje tem como a gente viver sem o limpador de pára-brisas? Não – está certo? Só que esse limpador de pára-brisas ele está em todas as marcas. Agora, se eu invento o limpador de pára-brisas e falo que esse limpador de pára-brisas meu só vai ser usado pela GM ou pela Ford ou Hyundai, como é que fica – vocês entenderam? Então, essa é outra questão.

Então, a gente fala assim: mas o mercado é livre. É livre entre aspas. Então, realmente, nós nos preocupamos muito com isso. Como foi dito aqui: muitas vezes, você tem uma nova patente, e essa patente muitas vezes é uma patente tão importante para o Brasil, mas como acontece, por exemplo, com uma empresa, como é o caso da Pioneer, que produz a sua semente e ela mesma vende. Está na mão dela esse mercado.

E quando a gente fala que nós temos muitas empresas, não temos nada. Temos quatro empresas produzindo biotecnologia no Brasil. Então, não é tão simples, a coisa não é poética e se fala de muita poesia. E nós produtores sabemos que não queremos ficar escravos de biotecnologia nenhuma também. Queremos é ter oportunidade, e essa oportunidade não está tão clara.

Por isso acho muito importante o que está sendo discutido aqui. E quero parabenizar este Senado por ter tomado essa decisão. Agora, é preciso levar essa discussão aqui para um nível muito técnico também e não só a um nível político e filosófico. Porque inclusive já até falei que vamos levantar na Câmara Setorial da Soja e levar essa discussão para discutir a fundo realmente o que está acontecendo com obtentor, o que está acontecendo com relação aos sementeiros e o que está acontecendo com o produtor; quais são os gargalos, pensando no futuro, porque nós produtores precisamos e não podemos ficar sem a biotecnologia. Agora, essa biotecnologia, sem dúvida, o benefício dela tem que ser também para o produtor, e 60% como se diz.

Então, esta é a minha mensagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Glauber, pelas suas colocações.

Agora, na sequência, teríamos o Sr. Pierre.

Consulto se conseguiu resolver a questão operacional. (*Pausa.*)

Ainda não?

O SR. PIERRE MARIE JEAN PATRIAT – Está OK.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está OK?
Então, está bom.



Então o Sr. Pierre, Presidente da Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso, tem a palavra.

O SR. PIERRE MARIE JEAN PATRIAT – Bom dia a todos. Quero agradecer à Senadora Ana Amélia pela presença. E quero agradecer ao Senador Blairo, por poder participar desta audiência pública.

Nosso mundo evoluiu muito nos últimos 15 anos a uma velocidade que, muitas vezes, a gente tem dificuldade de acompanhar.

Hoje, sou Presidente da Aprosmat, que é a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso, que congrega a corrente de três produtores, que foi criada em 1980, representando hoje 30% das sementes certificadas de soja do Brasil em produção.

Seguinte, outro *slide*.

Essa é a Aprosmat.

Outro *slide*.

A gente não pode se esquecer, e vou lembrar aqui, que semente tem a ver com alimento. E alimento e segurança alimentar, por consequência, é segurança nacional. Então, não pode ser tratado como um celular, como um automóvel, uma coisa que todo mundo usa e precisa.

Certamente as novas tecnologias de engenharia genética estão permitindo um avanço muito grande e são de extrema importância, mas é um campo novo que temos de estudar um pouco melhor e temos de ver as consequências e como ele está sendo cobrado.

Seguinte.

Vou colocar algumas reflexões, porque após ser o quarto colocado com palestrantes tão conceituados é até difícil colocar tudo, porque eles falaram muita coisa importante.

Quero lembrar que o produtor de semente tem que investir alguma especialidade nele mesmo. Por quê? De manhã, talvez ele seja produtor de semente e depois do almoço ele é produtor de grão, porque ele produz semente e produz grão. De repente, ele é associado a uma série de pesquisa. Então, no mesmo dia tem que refletir em várias pessoas nele mesmo e geralmente é o primeiro a questionar a cadeia e o que está acontecendo.

No que concerne à pesquisa, não podemos esquecer que tem que trazer benefícios não só para pesquisa, mas para o produtor também e, principalmente, para o consumidor. O que vai ser colocado no mercado vai ter um preço superior, vai ter que trazer uma vantagem para alguém. Para o consumidor tem que a qualidade do alimento ou alguma coisa a mais, seja ômega 3, seja um alimento mais saudável ou mais barato, mas todo mundo tem que ser contemplado pela cadeia.

Como produtor de semente hoje licenciada, hoje para quem não sabe, no setor de semente, o produtor é o elo entre o detentor e o produtor de grão, porque o trabalho do produtor de semente é garantir a pureza física da



semente, garantir a pureza genética da semente e garantir uma semente com uma extremamente boa germinação para o produtor ter sucesso na lavoura. Hoje o produtor é licenciado, ou seja, o detentor que autoriza ele ou não a plantar tal e tal cultivar. Hoje sabemos que no mercado existem pressões para licenciar não muitas vezes o que o produtor quer. É oferecido ali um leque de cultivar e nesse leque ele pode escolher, mas muitas vezes ele não pode escolher o cultivar que tem a demanda, mas que a empresa não oferece mais ou não quer oferecer.

Como falou o Glauber, muitas vezes a escolha não é tão simples, porque existem vários caminhos e a escolha é reduzida.

Na biotecnologia é usada a Lei de Patentes, geralmente é uma facilidade de cobrança na qual o produtor de semente tem uma remuneração pequena. Existe uma remuneração, mas ela é muito pequena. Quem paga a biotecnologia é o produtor de grão.

O assunto pagamento de *royalties*... Eu escutei falarem que o Brasil teve um grande ganho de produtividade e realmente teve, mas o grande ganho de produtividade até agora foi principalmente promovido pela pesquisa tradicional de melhoria, cultivar mais produtiva, resistência a nematóide. Na biotecnologia que temos na soja é a resistência ao glifosato. O glifosato não agrega aumento de produtividade se a lavoura foi feita corretamente. Ele agregou produtividade se o produtor tinha o descontrole de erva daninha na lavoura. Realmente, a aplicação de glifosato permitiu que ele tivesse uma lavoura limpa e uma produtividade melhor, mas não foi a tecnologia em si que ocasionou esse aumento de produtividade. Então, os últimos aumentos de produtividade foram feitos, na realidade, por melhoramento genético normal de melhoria de pesquisa, que tem a ver com a lei de cultivar.

Então, hoje não podemos dizer que o aumento de produtividade é consequência da biotecnologia, mas ela está vindo como uma ferramenta, porque estamos enfrentando algumas dificuldades. Em clima tropical, sabemos que os insetos têm uma reprodução mais rápida e que as doenças se multiplicam mais rápido. Não temos 6 meses de inverno, como tem o europeu e o americano, que, na realidade sanitária, faz um vazio, nas plantas e na terra, que não temos. Então, temos que enfrentar tudo isso de modo um pouco diferente, juntando a biotecnologia, mas também não nos esquecendo de que a agricultura tem que ser feita de um modo correto. E, muitas vezes, por não respeitar o que deveria ser feito, que é a rotação de cultura, que é o manejo de solo, que é o manejo de praga, cria-se resistência e criam-se novas pragas que achamos que a biotecnologia vai resolver. Mas não é só isso, não; é um conjunto.

Na cobrança da biotecnologia, estão chegando, como já foi falado, algumas novidades. Agora, vamos ter o controle da lagarta, por meio da biotecnologia, de algumas lagartas, com uma cobrança, como foi falado, relativamente alta, de R\$115,00 por hectare.



O que temos que pensar é: Como é cobrada essa tecnologia e em que ela é cobrada? Se, por exemplo, nessa tecnologia nova, está sendo cobrada uma parte com uma resistência à lagarta e uma parte como a produtividade. Resta-nos saber se realmente a produtividade é de patente. Por quê? A proteção da lagarta, faça sol, faça chuva, vai funcionar. Agora, será que a produtividade, faça sol, faça chuva, vai ser a mesma? Será que posso cobrar em cima de uma produtividade estimada? A pessoa paga R\$115,00 por hectare, no mês de dezembro, e, de repente, deu uma seca, e vai colher o mesmo volume de soja por hectare de uma variedade que não paga a tecnologia. Aí, esse pagamento é injusto. Então, temos que saber o que é cobrado, quanto é cobrado e por que é cobrado. E, de repente, está-se cobrando em cima de uma produtividade que tem a ver, na realidade, com o método da proteção de cultivar e está sendo usado na patente. Isso quer dizer que temos que separar bem as coisas. O que é patente realmente, faça chuva ou faça sol, vai dar a proteção da lagarta. E vamos ter que comprovar se a produtividade realmente existe ou se é estimada. Isso tem que ser comprovado. Esse é um fator, hoje, de cobrança dos *royalties* que é importante saber como está sendo feito.

Outra coisa. Devido a essas cobranças, devido a essa concentração, estamos vendo que o produtor de semente, independente, licenciado, como falei, está deixando de existir. As empresas estão preferindo incorporar o produtor de semente na empresa, transformando-o em terceirizado. Quer dizer, amanhã, não vai haver 20 empresas oferecendo o mesmo cultivo; vai haver 20 produtores produzindo para uma empresa, que vai oferecer esse cultivo no mercado. Isso envolve alguns riscos: de concentração de mercado, também de possível aumento de preço e, no pior dos casos, de fortalecimento eventual. Então, esse é um assunto extremamente importante, porque estamos vendo que nossa classe de produtores de semente está em diminuição. No nosso caso, aproximadamente há 10 anos, havia 68 associados; hoje, ficaram 43. Quer dizer, o mercado está realmente se concentrando e se verticalizando. Chamamos de verticalização, quando a empresa verticaliza tudo. Quer dizer, o produtor de semente não é mais independente; ele produz para uma empresa e é remunerado de uma maneira ou outra por isso.

Outro fator também que temos de considerar nesta discussão, para não arriscar que amanhã haja um possível abuso de poder econômico, é que as mesmas empresas de biotecnologia são as mesmas empresas, muitas vezes, do químico que produz o herbicida ou o fungicida. E, no mercado, existe, hoje, na hora de vender o produto, o risco de cartelização, de pacote, por meio do qual se oferece outro produto onde está a semente, está o químico, está o fertilizante, e o agricultor, na realidade, não sabe exatamente o que está pagando, o que é, dentro desse pacote, semente, o que é fertilizante, o que é químico.



Então, tem que ser uma coisa muito clara. Não podemos... Temos certeza de que a pesquisa tem de ser remunerada, mas tem de ser remunerada corretamente. Então, sem haver esses riscos.

Acho que o Congresso tem de prevenir, por meio de lei, os possíveis abusos, porque sabemos que, se der toda a liberdade, a empresa realmente vai cobrar o que puder, porque as empresas, hoje, de pesquisa são empresas de capital aberto; elas têm de remunerar o acionista e remunerar bem os funcionários de alto nível delas. Então, a motivação é o lucro. Só que, quando falamos em alimento, estamos falando de segurança nacional. Então, tem de ficar muito claro até onde pode ir a cobrança e como ela tem de ser feita. Porque, como falou o Glauber também, o poder de escolha do produtor não está ficando tão simples, porque, muitas vezes, a empresa deixa de colocar à disposição o cultivo que menos ganha, o que é menos remunerado, o que não é interessante mais, para privilegiar a que vai dar maior rentabilidade para ela; e a outra vai desaparecer do mercado. Então, a oferta não está, assim, tão grande; ela é regulada. Temos de ter cuidado para realmente poder manter essa concorrência, e esses limites têm de ser estabelecidos em lei.

Então, a cobrança de *royalties* é importante, a pesquisa tem de ser remunerada, mas temos de ver como têm de ser feitos os limites exatos, porque biotecnologia é uma coisa nova. Então, precisamos ainda discutir muito aqui, trazer pesquisador, trazer pessoas, para apresentarem o que está acontecendo em outras partes do mundo também.

Coloquei também, aqui, a durabilidade da tecnologia, que tem a ver com resistência, porque sabemos, hoje, que, no milho, já há a tecnologia de resistência à lagarta e estamos vendo que, com cinco anos, já está resistindo, já não está funcionando mais tão bem. Então, amanhã, vou pagar R\$170,00 por hectare, que se paga no milho transgênico, para não ter mais resistência à lagarta? Será que durante quanto tempo? A patente vai até onde? Então, de repente, tem de ser mais bem estudado, em cima de plantas, com uma revisão de cinco, seis anos, para verificarmos se a patente está tendo o efeito que tem de ter. Então, isso tem de ser estudado.

O refúgio. Hoje, quando falamos de inseto, estamos nos colocando que tem de fazer 20% da área em refúgio, quer dizer, plantar outro para cultivar o que não tem a mesma resistência. Acho que o refúgio, para o agricultor que planta, é um encargo. Para o milho, uma parcela de... Imagina o produtor do Paraná de 10 hectares numa parcela. Ele tem de plantar oito hectares de uma variedade de cultivo e dois hectares da outra? Quanto vai custar para ele de máquina e de logística, na colheita, no plantio, a mais? Isso é um custo. Então, tem que ser calculado.

E, depois, temos de estudar melhor os efeitos, na cadeia alimentar, da lavoura, porque estamos suprimindo o alimento de alguns outros insetos e, de repente, retirando alguma coisa da cadeia alimentar, podemos aumentar os



insetos. Por exemplo: amanhã, vamos economizar na lagarta, mas vamos triplicar em percevejo. Então, isso tem de ser um pouquinho mais bem estudado.

Seguinte. O último.

Então, o que propus é que a validade da patente tem que dizer respeito à patente, mas só que tem de ser igual a um celular, com 20 anos, com 17 anos? A evolução tem de ser acompanhada para ver até onde vai.

Como foi falado no início, sobre se ampliar a pesquisa pública e a pesquisa privada, acho que a criação desses fundos – e isto foi muito bem colocado – é uma coisa interessante, porque alimento tem a ver com público, e o Governo tem também de ter certo controle em cima disso.

Lembrei como a biotecnologia da semente não vai resolver todos os problemas, não. Muitos dos problemas de hoje, tais como as pragas, os nematóides, se dão, muitas vezes, por falta de incentivo ou de planejamento, em longo prazo, da agricultura, em termos de governo, em termos de financiamento, pelo fato de a pessoa, economicamente, não ter feito o que a agronomia recomenda, por exemplo: plantação de cultura, manejo de solo, manejo de planta. Realmente, tem que se investir nesse setor, porque a biotecnologia, sozinha, não vai resolver o nosso problema.

E uma grande questão que eu vejo hoje: as empresas desse segmento no mundo estão compondo outra, na realidade, muitas vezes não é compondo a marca, está compondo o Banco de Germoplasma. E o Banco de Germoplasma está ficando nas mãos de poucas empresas. Tem que ver até que ponto é legal, até que ponto é bom para o País em si, até que ponto nós vamos ter acesso amanhã, as empresas pequenas vão ter acesso ao Banco de Germoplasma, porque sem o Banco de Germoplasma não tem novas pesquisas. Isso eu acho que é uma coisa extremamente importante, que tem que ser pensada e discutida.

Eu acho que o meu tempo já esgotou.

Vou agradecer. Das colocações, há muitas coisas para discutir, eu acho, o assunto está começando, vai dar muita discussão, realmente é um assunto de muita relevância. Ninguém fica sem comer, o alimento é a base da pessoa, ninguém trabalha sem ter o alimento. É importante.

Agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Pierre.

Passo a palavra, agora, ao Dr. César Borges Souza, Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não Geneticamente Modificados.

O SR. CÉSAR BORGES SOUZA – Bom dia a todos.

Acho excepcional esta oportunidade que a gente tem de discutir um pouco este tema. Para mim ficou muito claro que a gente precisa investir muito mais do que a gente vem investindo na área de pesquisa. Isso para criar a possibilidade de oferecer de fato uma alternativa, manter o direito de escolha a



permitir, controlar melhor a concorrência, porque tivemos momentos neste País em que houve, inclusive está mencionado nos jornais, uma retirada de oferta de sementes convencionais, sementes não transgênicas; e até por isso iniciamos o movimento em conjunto com a Embrapa, com a Aprosoja e outras entidades, para lançar o programa Soja Livre. De fato, nós estamos tendo bastante trabalho e estamos mostrando, inclusive permitindo falar sobre desmistificação, que aqui já foi dito também, de que biotecnologia realmente é uma grande ferramenta, mas não resolve tudo.

Até hoje o Brasil teve um grande desenvolvimento e conseguiu dominar o cerrado. Isso foi graças a um trabalho da Embrapa, que cada vez recebe menos recursos para pesquisa.

Eu também queria mencionar que a capacidade empresarial tem sido vital para que o Brasil ganhe produtividade. De nada adiantaria ter biotecnologia, ter pesquisa, se não houvesse a capacidade empresarial. A gente pode observar – e até brinco que existe o fator gaúcho – aqueles empresários de fato, que saem lá do Rio Grande do Sul e se espalham pelo Brasil inteiro. Então, sem isso, eu acho que a nossa agricultura não seria o que é.

Como não posso ficar o tempo todo falando sobre isso, eu queria então dizer que em Rondônia a gente tem produtividade de 74 sacos de soja por hectare, quer dizer, isso de soja convencional, de soja não transgênica. Agora, por que abrange, atua nessa área do não transgênico? A gente é uma entidade jovem, com três anos de idade. O que a gente percebeu é que na Europa muito se dizia que o mercado não iria mais produzir soja não transgênica, então, nós quisemos dar uma resposta adequada, mostrando que é importante a existência desse mercado, algumas empresas de grande porte aqui no Brasil aproveitam esse mercado especial, sendo que o Brasil é líder mundial na produção de soja convencional, é líder mundial na exportação de grãos, farelos, óleo e lecitina de soja, recebendo prêmios e repassando esses prêmios aos agricultores.

Também eu gostaria de mencionar aqui que 50% do farelo exportado pelo Brasil é de soja não transgênica. A Europa importa 20% do complexo soja, na forma de não transgênico e tem crescido o interesse em reconhecer, em rotular produtos como sendo produtos feitos à base de insumos não transgênicos. Isso na cadeia do leite e na cadeia das carnes. Isso é muito importante.

Eu gostaria de insistir para que não se repita o que já houve, aquele momento de venda casada, e agora, com o lançamento dessa, digamos, soja geneticamente modificada, a chamada Soja 2 ou Intacta, é que ela, de forma alguma, ameçasse a oferta da soja transgênica a *Roundup Ready*, a primeira que veio, a número um.

Também queria mencionar que um custo bastante pesado ficou para quem opera a soja convencional, a soja original. É o custo da segregação.

Também queria mencionar a injustiça que existe quando um produtor compra uma semente convencional, uma semente não transgênica, quando ele



vai vender acaba, porque houve um processo de mistura ou até um problema na produção da semente, também de mistura, ele acaba tendo que pagar *royalties* por um produto que ele de fato não plantou.

Não sei, precisaria pensar aqui que mecanismos a gente pode criar para dar segurança, garantia e para que o produtor faça a sua escolha e, de fato, receba a remuneração por essa escolha que ele fez. Portanto, ele possa receber esse prêmio que o europeu quer pagar. Então, enquanto o europeu quer pagar esse prêmio, esse mercado, naturalmente, precisa ser aproveitado. E não precisamos ficar pensando que todo mundo aqui vai vestir camisa azul, podemos vestir camisa rosa, vestir camisa amarela e assim por diante. Não é necessário que todos plantem a mesma soja.

É preciso que tenha alternativa e que se plante soja transgênica, que se plante soja não transgênica e que o consumidor possa ter o direito de escolha, para ele consumir a soja transgênica e também a soja não transgênica.

Agora, com relação ao objeto em si, eu até não teria muito a agregar, porque já foi bastante falado. De alguma forma, eu diria que quanto mais aumentar o custo da cobrança dos *royalties* mais interessante vai ficar para nós, que somos da área da soja convencional, porque o diferencial ainda irá aumentar. Temos pesquisa, principalmente no Mato Grosso, que o custo de produção e a produtividade não são de fato favoráveis à soja transgênica. Eles têm sido bastante equilibrados em alguns itens, como custo de produção, ele chega a ser até menor para a soja tradicional. É bom que o pessoal que vai cobrar os *royalties* fique com bastante atenção e cuidado, porque senão eles poderão criar um problema para eles mesmos.

Eu acho que era isso que eu tinha a mencionar.

Eu estive na Embrapa/milho e vi que existe uma preocupação muito grande dos sementeiros de milho, que eles estão se acabando. Eu não sei o que é possível ser feito, mas, de maneira geral, essa é uma área que esta tendo esta grande concentração e essa desnacionalização. Então, acho que o Senado poderia olhar com cuidado.

Eu, mais uma vez, parabênizo. Eu nunca tinha vindo aqui na Comissão de Agricultura do Senado, já havia ido à Comissão da Câmara, mas este é um grande momento. Vejo que há bastantes Senadores e acho muito importante que tenha havido esta nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao César Borges e aos demais palestrantes

Passamos, agora, para a segunda etapa. Vamos ouvir os autores do requerimento, começando pela Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone. Inaudível.*) – Não, é ele, faço questão, pois ele está afiadíssimo nessa matéria...



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu concedi a palavra à Senadora Ana Amélia, porque nós vamos dar preferência para as damas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas hoje as Senadoras estão em maioria nas bancadas. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero agradecer ao Senador Acir, mas cumprimentar a todos pelas exposições muito claras, objetivas, sobre um tema bastante complexo. Aí têm questões de segurança jurídica, questões de tecnologia embutida nisso, os direitos, as patentes – como foi lembrada aqui pelo Filipe – e aí nós temos um espaço muito grande para trabalhar.

Mas eu queria – e não é para puxar brasas para o meu Rio Grande, para o nosso Presidente da Aprosoja/RS, o nosso Ireneu Orth – um detalhamento sintético sobre esse fundo, que foi apresentado como sugestão, referido pelo Carraro também. Como é que ele funcionaria? E que forma nós aqui poderíamos trabalhar para, eventualmente, criar esse marco regulatório? Se for o caso, trabalhar em relação a isso.

O SR. IRENEU ORTH – Obrigado. Na verdade, a ideia do fundo surgiu porque quando eu jovem lá atrás, nos anos 70, eu trabalhava em uma cooperativa e fazia o certificado de procedência do trigo, quando o trigo era compra estatal pelo governo, o Cetrin. E lá, entre outros descontos, tinha fundo de pesquisa, com um percentual “x”, e aquele percentual era destinado às empresas que na época faziam as pesquisas. E na década de 80, quando isso efetivamente aconteceu, em 70 e 80, mais especificamente em 80, o trigo teve um aumento de produtividade na ordem de 9% ao ano, na década. Depois, na década de 90, este índice já caiu e, atualmente, na última década de 2000 a 2010 foi mínimo, porque se deixou de investir no trigo, não houve mais pesquisa. E as pesquisas que aconteceram foram mínimas.

Então o trigo tem muito campo para expandir: quando olhamos a produção do trigo em países onde essa tecnologia avançou, as possibilidades são muito altas.

A ideia é parecida com esta: criar o fundo em cada uma das *commodities*, mais especificamente nós falamos aqui no soja; descontar de todo produtor, independente se é transgênica ou não, e este fundo que deverá ser gerenciado, dirigido por um conselho a ser formado por lei, logicamente, por representantes de órgãos governamentais e das entidades, para, a partir disto, fazer a distribuição de acordo com o obtentor da tecnologia, um percentual; um percentual para pesquisa; um percentual para os sementeiros; e um percentual pequeno também para as entidades – a própria Aprosoja, no caso da soja; a entidade do milho, a Bramilho, de repente um fundo também. E extinguir todas as demais cobranças eventuais que possam existir. Por exemplo, cobrança de soja dos *royalties* na moega da soja, que alguém comentou aqui que é uma



penalização para aquele produtor que não paga *royalty* na semente. Ele tendo a semente própria, quando ele vai vender, quando ele vai entregar na moega, ele é descontado automaticamente. Isso é uma penalização.

Então, nessa nova sistemática, a cobrança poderia continuar na semente, como é de lei, como é lógico e de todo mundo um percentual pequeno que formaria esse fundo. E, com isso, nós vamos ter oportunidade de incrementar avanços em todas as áreas, na biotecnologia, na criação de novas variedades ou o aumento de produtividade, até da semente que não é transgênica, como o companheiro César falou aí, de que a própria semente convencional da soja tem altas produtividades – até nisso dá para investir.

Então, a ideia básica, Senadora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele vai ter algum tipo de papel na equalização de *royalties*, de pagar *royalties* no caso o fundo, ou não?

O SR. IRENEU ORTH – Não. Na minha concepção isso é uma ideia, acho que a empresa teria o direito de cobrança na semente, o que ela tem hoje também. E tem o boleto, aquela história toda que o pessoal conhece. Então faria ali, pode até baixar esse percentual e cobrar de todo mundo na hora da venda, um percentual pequeno. Os números nós apresentamos aí, com 0,5% nós chegamos a um valor expressivo que pode ser dividido entre todos depois.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está incluído no meio por cento de *royalties*.

O SR. IRENEU ORTH – Meio ou 1%, pode ser 0,7%, pode ser outro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas estaria incluído dentro?

O SR. IRENEU ORTH – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só que tem outra pergunta bem simples. É que na sua exposição o senhor falou sobre a questão da evolução da estimativa de 2020, que pode chegar a 84 milhões toneladas de soja, que é a principal *commodity*. E aí deu a média da produtividade média brasileira de 50 e...

O SR. IRENEU ORTH – De 51,85 foi a média de 2011.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa média não pode aumentar, não está baixa essa média?

O SR. IRENEU ORTH – Está baixa. Como média ela é alta, porque tem muitas regiões do País onde a produtividade é bem menor. Nós temos regiões com 70, 80, até 90, em 2011; teve regiões com 90 sacos, com áreas isoladas, na Bahia. O produtor Jacob Lauck, um dia, nos apresentou, ele que foi Vice-Prefeito de Luiz Eduardo Magalhães, que teve talhões de 400 hectares, onde atingiu entre 88 e 90 sacos por hectare. Lógico com um ano correndo normal e tal. E são produtividades de ponta. Mas nós perfeitamente podemos chegar, no meu entendimento, a 55, 60, como é de geral.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o César falou outra... Ele me deu ali que quebra um pouco o paradigma... O César Borges falou sobre a



questão da produtividade da soja convencional para a transgênica. É igual a produtividade? Está-se conseguindo nesse ponto, César? Desculpe-me, é o custo de produção.

O SR. CÉSAR BORGES SOUZA – Em algumas pesquisas feitas no Mato Grosso mesmo, em que o custo de produção é bastante semelhante, mas com uma pequena vantagem para a soja convencional.

Agora, produtividade também é bastante semelhante, porque no fundo nada mudou. Não tem nada excepcional; apenas você criou uma possibilidade de a soja ser resistente ao glifosato, o que fez com que houvesse certa facilidade para o agricultor de manejo. Mas, por outro lado, o que tem aumentado o uso de glifosato é uma coisa assim estrondosa. Não sei se isso poderá um dia causar problema em contaminação de água ou coisa que o valha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra, então, ao autor, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nobre Senador Acir Gurgacz, a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Ana Amélia, os nossos convidados que aceitaram o convite de estar aqui, como o Filipe Teixeira, que veio pela Embrapa; o Ireneu, que é Presidente da Aprosoja/RS; do Pierre, que é Presidente da Aprosmat, do qual tive já a honra de ser Presidente também dessa entidade no Mato Grosso; também o nosso Glauber Silveira, que é nosso Presidente da Aprosoja nacional e já foi o presidente da nossa entidade estadual; como também o Ivo, que é da Abrasem, do qual também já fui Vice-Presidente dessa entidade e já militei nessa entidade; além do César Borges, que é Presidente da Abrange, além de termos uma amizade muito antiga, nós temos um neto em comum. A minha filha é casada com o filho dele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa é a parte mais importante.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É a mais importante. Até disse que o menino devia ter passado pelo Cade antes de nascer, porque ele é o único acionista da Caramuru e da Maggi agora. *(Risos.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É a concentração do poder.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É o Blairo César, ele leva o meu nome e o nome do César.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É colorado?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É colorado claro, já te mostrei a foto no celular. *(Risos.)*

Então, quero cumprimentar a todos e agradecer a presença e também dos demais convidados, que estão aqui. E dizer que eu vejo essa questão da biotecnologia com muita tranquilidade e naturalidade, pois sempre defendi o uso da tecnologia como mais uma ferramenta para o agricultor; quem tem que



definir o que vai fazer ou não é o agricultor. Só que nós como entes, como entidade política, este Senado, as entidades privadas, precisamos estar atentos para que não sejamos levados no canto do ringue ou nas cordas do ringue, sem saber o que fazer depois com a pressão que vêm das grandes empresas multinacionais, eu não tiro o direito e até o dever dos executivos de darem um maior lucro possível para cada um dos seus acionistas. A vida é assim, é regida dessa forma no capitalismo, como nós vivemos. Agora, o Governo, os entes políticos, o Senado, todos os demais, têm que tomar o cuidado de saber como fazer esse enfrentamento.

Na minha avaliação, nós não podemos proibir nada, mas também temos que dar aos órgãos públicos as condições para que ele, esse órgão público ou esses órgãos públicos possam fazer frente ou fazer um combate direto com esse tipo de situação que acabei de me referir. E quero dizer que tem o dever de fazer é a Embrapa e tem o dever de fazer com recurso nosso, recurso público. Então eu já disse várias vezes aqui nesta comissão e em outras que a Embrapa não é merecedora de alguns milhões de reais do Orçamento da União todos os anos. Ela é merecedora de alguns bilhões de reais, porque a Embrapa deveria estar fazendo aquilo que as multinacionais fazem: investindo aí 10, 12, 15 milhões por dia ou 5 milhões, como foi dito aqui.

Este é o papel da nossa entidade pública de pesquisa: desenvolver pesquisas tão boas ou melhores do que aquelas que vêm sendo feitas. Aí, sim, nós vamos ter a competição entre um órgão público que tem não só vamos chamar assim o direito e o dever também de se manter com os seus *royalties*, mas de fazer uma regulação de preços onde os produtores possam manter suas atividades.

O que nós não podemos deixar acontecer é aquilo que todo agricultor tem medo de um dia ser no jargão que se diz: "Olha eu não quero ser integrado, eu não quero ser um criador de frangos", porque, nesse processo, quem determina tudo é quem está na cadeia de cima, quem é o frigorífico, o distribuidor, e nós, como agricultores, pois acho que para o Brasil não é importante, não é interessante que isso aconteça.

Então nós aqui, como políticos, Senadora Ana Amélia, temos que forçar o Governo cada vez mais colocar recursos na Embrapa para que ela possa fazer o enfrentamento, com a Monsanto, com a Bayer, com a Basf, com todos os demais que estão no mercado e estão desenvolvendo tecnologias.

Nós precisamos compreender também que tudo isso é um jogo financeiro; é um jogo financeiro desde o início quando apareceram os primeiros transgênicos. E aí nós vamos fazer aqui uma reflexão bem rápida e entender por que houve no mundo uma resistência organizada contra os transgênicos, porque se nós olharmos a história, nós vamos ver que as empresas americanas e, principalmente, a Monsanto foi quem saiu na frente nessa tecnologia. As empresas européias não acreditaram muito nisso no começo e ficaram sentadas.



Quando perceberam, as empresas americanas, no caso mais específico a Monsanto, que até tem representantes aqui, quando eles perceberam, a Monsanto já estava no mercado.

Como desenvolver e como alcançar esse pessoal? Foi botando barreiras e vieram para o Brasil e outros países com organizações, ONGs organizadas, devidamente financiadas, e começaram a colocar medo nos consumidores, dizendo “você não pode comer isso, não pode fazer aquilo, não pode isso”, até que, em determinado momento, a pesquisa deles avançou e chegamos todos nós no mesmo patamar. Então, não temos mais movimentos grandes hoje contra os transgênicos, pelo menos não temos mais organizados. Eles existem porque foi plantado nas nossas cabeças e nas cabeças das pessoas no mundo afora que isso fazia mal. Mas, na realidade, não faz mal nenhum; está mais do que comprovado.

Então o que nós precisamos aqui é ter essa consciência de que tudo é um negócio e como negócio nós temos que saber lidar com isso. A transgenia e a biotecnologia vêm para ajudar o produtor; ela não pode vir para penalizar o produtor. Como é que nós ficamos livres dessa tecnologia? Mais uma vez, dando à Embrapa, e é o que César defende através da Abrange, para que ela mantenha a tecnologia não só na biotecnologia fazendo frente aos demais, mas manter o nosso Banco de Germoplasma à disposição daqueles que queiram fazer ainda a soja convencional.

Eu, como produtor, gostaria de fazer só convencional. Não que eu seja contra a biotecnologia, mas não é possível mais para mim nem para todos os produtores, porque a soja transgênica ou a biotecnologia é uma ferramenta para o agricultor. Eu tenho áreas, eu tenho talhões dentro de fazendas que, se eu não usar o transgênico, eu não posso mais plantar soja, porque já se passaram 20 anos, 30 anos de cultura, praticamente de monocultura – agora que chega o milho nessas regiões, agora que chega o algodão – e, portanto, as pragas já tomaram conta, ficaram resistentes aos herbicidas tradicionais. Como diz o cunhado Itamar, é até um adubo para elas. Você passa algumas pragas, alguns leiteiros, algumas coisas, você coloca aqueles herbicidas que no passado faziam efeito, parece que a planta dá risada, fica até mais vistosa. Aí você tem que entrar então com uma técnica de transgenia. Agora, essa técnica de transgenia também tem seu tempo – e o Pierre foi correto aqui –, também tem seu tempo, porque aquilo que, por exemplo, um glifosato, que matava 100% das plantas, lá no Rio Grande do Sul, eu tenho certeza de que não é mais verdade. Ah, ela ganhou resistência? Não é que a planta ganha resistência. Temos plantas naturalmente resistentes e que, com o passar do tempo, vão sendo selecionadas e vão, num ambiente sem competição, ganhando e sendo reproduzidas e, em determinado momento, elas são a maioria e, portanto, o herbicida já não funciona mais. São novas plantas, novo mato que era sufocado e consegue ganhar espaço na vida e crescer.



Então, o que nós precisamos aqui debater claramente é, primeiro, é caro o que está se cobrando? É caro. Então o produtor não deve usar. Se é muito caro, o produtor que não use. E se for a única tecnologia disponível para a gente trabalhar e não tem como fazer por outra via, aí o Governo tem que intervir, como já intervimos como Governo em outras situações como na questão do combate à Aids, com quebra de patentes e outras coisas. Quer dizer, há mecanismos. O que nós temos que estar aqui foi o que o Pierre disse, atentos, atentos no sentido de saber se aquilo que estamos pagando é justo e se aquilo que estamos pagando é merecedor naquele momento, e não pagar por uma tecnologia que já venceu, já não tem mais efeito, mas que ele tem direito ainda pela lei. Talvez nós tenhamos que prever isso, num determinado momento, da revalidação dessa patente para saber se ela ainda é viável ou não.

Então eu quero aqui dizer aos senhores que vieram à nossa audiência que isso é um tema realmente importante, é um tema que por muitas vezes já foi debatido e eu sou defensor de que o Brasil, pela sua empresa pública, invista, como já disse aqui, alguns bilhões de reais ou de dólares, que nós sejamos autossuficientes, que nós possamos fazer um enfrentamento e que nós não fiquemos dependentes pela vida inteira e pelo resto da vida das empresas multinacionais. Elas têm todo o direito? Tem todo o direito, mas o Brasil tem a obrigação de fazer isso como foi dito aqui pelo Marcos, como a China vem fazendo. Isso, sim, é soberania; não só nessa questão de biotecnologia, mas na questão de fertilizantes. E não adianta o Brasil ter terras planas – e as têm – para produzir e terras pobres, como nós temos no Centro-Oeste, com gente capacitada, conhecimento, dependente de importação de fertilizantes, dependente sempre da importação de tecnologias.

Eu acho que nós não vamos mais cair numa guerra mundial ou que seja em uma guerra de fato, ou uma guerra comercial de alguém dizer assim: “Nós não vamos passar essa tecnologia para os produtores brasileiros este ano”. E aí o Brasil quebra porque ele não consegue produzir. Acho que não vai acontecer. Mas é possível? Sim, é possível, é possível. Se você tem a chave do cofre, se você tem a chave da tecnologia, um dia alguém pode ir lá e virar: “Ah, Brasil, você está muito pedante no mercado, você é o maior produtor de alimentos, você está cobrando muito caro e eu não vou te dar mais tecnologia”. Virou a chave, dois anos depois, e nós estaremos todos quebrados, como País, como negócio e com problemas de alimentação também. Então, é uma questão de segurança nacional, de segurança alimentar e de segurança financeira, porque esse negócio que está Comissão aqui representa: a agricultura e a pecuária, é que sustentam este País. O saldo da balança comercial brasileira sai daqui. Quer dizer, desta Comissão, que representa os agricultores. Então, é um negócio muito sério que estamos tratando.

Mais uma vez, nós, como Senadores, como Casa, nós temos de dar à Embrapa às condições necessárias para ela ir para frente, porque até onde



você vieram Felipe – você está aqui representando a Embrapa –, o trabalho feito foi extremamente interessante. Se hoje nós estamos produzindo soja aqui no Centro-Oeste, na Bahia e no Nordeste, devemos à Embrapa, devemos à Fundação Mato Grosso, à fundação de Goiás, às outras entidades, além das particulares, o Francisco Terasawa, e tantos outros que deram aí o seu trabalho. Mas foram pesquisas feitas pelo setor público e setor privado.

Dizer que esta questão do pagamento de *royalties* ela é importante. O Marcos, aqui, disse que nós, da Fundação Mato Grosso, conseguimos sobreviver na cobrança de *royalties*. Quero dizer mais: antes da lei da produção de cultivares, antes, nós, junto com a Embrapa, já fazíamos, em um mercado fechado em Mato Grosso, um pagamento de voluntário de *royalties*. Era um voluntário. Assim: “Eu, como sementeiro, pago para poder ter a semente da Aprosmat”, um convênio que nós tínhamos, Então, antes do surgimento disso, nós já fazíamos esse pagamento voluntário.

Sr. Presidente, para finalizar, quero dizer o seguinte: de fato o mercado, hoje, não é tão livre, não é Glauco, como você diz e como os outros disseram. O que me mete medo – e eu sou sementeiro –, é o seguinte: quem é o detentor dessas patentes hoje sabe que o produtor quer aquela determinada tecnologia, mas ele vem ao sementeiro, vem aqui no meu querido Senador, e diz o seguinte: “Eu te licencio, mas só que você não pode produzir mais a variedade convencional”. Aí é que mora o perigo. Aí é que mora o perigo, da força que tem essa tecnologia de impedir os sementeiros de reproduzirem as sementes convencionais. Isto é um monopólio.

Isto é que um crime que se está cometendo contra o País, e que precisa ser observado, e que precisa ser denunciado.

Mas o sementeiro, muitas vezes, tem medo de ficar de fora. “Ora, se eu falo, eu fico de fora”. Mas precisa dizer.

Eu não consigo concordar com isso. Para eu reproduzir uma variedade, que está vindo aqui agora, se é intacta ou coisa parecida, eu tenho de abrir mão de produzir as demais. Não pode ser assim.

O mercado, então, de fato, ele já não é tão livre como nós pensamos. Casildo, a coisa está ficando apertada. “Você produz esta variedade, mas você não pode produzir nenhuma outra”. Então, nós temos variedades de soja, hoje, convencionais, que são importantes em determinadas regiões de Mato Grosso, como na região do Araguaia, quase divisa com Tocantins e Goiás, que já não tem mais o mercado. Mas o produtor daquela região ele pede por ela, mas o sementeiro não consegue mais multiplicá-la, porque quem detém a patente diz: “Eu não vou te dar porque eu só quero que você faça isso”.

Então, de fato, o mercado não é tão livre. Nós precisamos estar atentos a isso.

Eu gostaria de dizer à Aprosmat e às demais associações produtoras de sementes no Brasil que denunciem essa situação, que tragam essa situação



para a Comissão de Agricultura, para que nós possamos tomar as providências devidas junto à entidade nacional e junto ao Ministério da Agricultura e, de repente, até fazer uma modificação na lei, para que a empresa que ainda detém a patente, mas que não queira multiplicar, por que conveniente a ela, que ela perca essa patente, passe para a Embrapa, e que a Embrapa continue fazendo multiplicação da semente, para que o agricultor tenha o direito e a liberdade de escolher aquilo que quer.

Mais uma vez, quero cumprimentá-los pela presença.

Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta específica a fazer.

Agradeço a todos pela presença em nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Para discutir, tem a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os nossos convidados que vieram aqui contribuir com esta importante audiência pública. Eu acho que o debate é interessante, é necessário e muito apropriado.

Eu gostaria de fazer algumas considerações antes de entrar no mérito.

Eu acho que o Brasil fez opções inteligentes pela democracia, pelo capitalismo. Então, esta opção precisa ser observada todos os dias.

O capitalismo é uma opção extraordinária, mas, como tudo no mundo, tem a suas distorções, que precisam ser observadas. Eu inclusive escrevi – uma pequena contribuição – um artigo na *Folha de S.Paulo* da última quinzena, em que eu discutia capitalismo, ética e espiritualidade. O erro não está no capitalismo; o erro está na ganância que determinadas pessoas e segmentos têm e que desvirtuam todos os princípios do capitalismo.

Uma das coisas importantes da democracia, um dos pilares importantes da democracia, é o direito de propriedade. Muitos confundem direito de propriedade com direito de terra. Acham que o direito de propriedade é uma exclusividade dos fazendeiros, dos produtores rurais; e o direito de propriedade é um princípio extraordinário que funciona em todos os países livres, independentes, e que exercem sua democracia plenamente. E o direito de propriedade também está na propriedade intelectual.

Então, eu quis apenas fazer esta prévia para que nós, que defendemos tanto a propriedade privada, no caso eu, da CNA, tenho a obrigação de fazer isso, como instituição, e tenho lutado contra essas questões que agridem e trazem insegurança jurídica para os produtores. Então, eu tenho muita dificuldade em defender um princípio em uma área e não defendê-lo em outra área.



Direito de propriedade é direito da casa, da bicicleta, do ar, de viver, direito a falar, direito seu, pessoal, e da sua propriedade intelectual. Seja de um produto pesquisado, seja de um livro, seja da composição de uma música. Então, nós precisamos ter muito cuidado para não relativizar esses princípios de acordo com os nossos interesses, em que pesem todos os interesses muito legítimos.

É justamente o direito de propriedade que faz com que as pessoas cresçam, que impulsionem uma sociedade, que impulsionem uma economia. Numa casa alugada, eu, provavelmente, não farei investimento nela. Posso até passar uma tinta, mas não tenho interesse em progredir nessa propriedade. Quando a propriedade é privada, quando a casa é sua, você logo, logo encontra meios de ampliar essa casa para que ela fique mais confortável.

Assim é com a propriedade privada. Todos os países do mundo, recentemente a China, já estão modificando toda a legislação com relação à propriedade de terras, justamente para que não haja o empobrecimento generalizado, como houve em outros países, que eu não quero aqui citar, porque a agricultura, além de insumos importantes, tecnologia e inovação, ela precisa de um sol muito mais forte e brilhante, que é o sol da liberdade para produzir.

Em todos os países em que esse sol da liberdade foi apagado, a agricultura não prosperou e nenhuma atividade econômica. Então, se nós queremos ter pesquisa, e eu sou uma das maiores, junto com outros brasileiros, claro, mas eu me coloco na primeira linha de defesa da Embrapa. Eu digo até que a Embrapa deveria pagar-me *royalties* ou cachê, porque eu sou garota-propaganda da Embrapa, porque eu sou apaixonada por pesquisa, inovação, por tecnologia. Eu acho que isso é que move o mundo, assim como a educação. Educação e pesquisa, nada mais importante do que isso para um país.

E é claro que a pesquisa é importante, não interessa a origem. Mas é muito interessante que nós tenhamos a nossa pesquisa própria. Todas as outras são bem-vindas, mas nós não podemos perder não apenas pelo perigo de uma exclusividade. Mas um país que não tem o seu próprio patrimônio intelectual, que não tenha o seu próprio time, que não tenha uma corporação forte em pesquisa, de acordo com as suas prerrogativas, com os seus climas, com as suas terras é um país que tende ir para trás, não só na pesquisa agropecuária, mas em todas as pesquisas, em todos os setores da economia.

Então, eu acho que essa questão é muito importante e não pode haver uma relativização disso, por mais antipático que possa ser o tema para determinadas cadeias.

Com relação a ter ou não a patente, o prazo ou não de uma patente, isso é uma questão legal. Basta o Congresso Nacional querer e votar que a patente dure dois anos, ou que a patente dure 100, ou que ela dure 10 ou dure 20.

Qual é a consequência da votação de um prazo de duração de uma patente? Será o estímulo ou não para essas empresas continuarem a fazer pesquisa. Aí, eu pergunto: quem terá o prejuízo? Essas empresas, provavelmente,



vão achar outro rumo, outro país, assim como a Basf, que está saindo da Europa, o próprio presidente internacional me disse, porque cansou de lutar contra a transgenia na Europa. Está indo para os Estados Unidos.

Então, essas empresas têm uma facilidade de locomoção que é uma coisa extraordinária, e nós não podemos dizer o mesmo. Não há como eu pegar a minha fazenda em Aliança do Tocantins e transferi-la para os Estados Unidos. Infelizmente, não há possibilidade. Eu podia até vender e comprar, mas as dificuldades e os preços são muito diferentes e eu, provavelmente, teria uma propriedade muito menor.

Então, essas coisas precisam ter equilíbrio.

A pesquisa interna é importante, a pesquisa externa é importante. Pesquisa não tem nacionalidade. Por uma questão estratégica, nós devemos ter a nossa pesquisa.

Na segunda-feira, eu tive uma audiência muito interessante com a Presidente Dilma, em que nós só discutimos as questões da agropecuária brasileira por uma hora e meia. Quando eu desço e encontro os jornalistas, eu digo sempre para eles que as minhas audiências são muito sem graça para jornalistas. Não têm nada de assunto político, só assuntos da agropecuária, que, às vezes, não têm muita graça.

Então, um dos assuntos foi exatamente esse. Nós estamos elaborando um grande projeto nacional, e a Presidente me garantiu que ela tem dinheiro para isso, e dinheiro razoável, e que ela pretende investir na pesquisa privada e também na Embrapa; que as empresas possam fazer pesquisa, mas que também vai fortalecer a Embrapa.

Nós estamos finalizando, porque nós estamos chamando todas as entidades de pesquisa do País, para ouvi-las, para que a CNA possa terminar esse trabalho e dar, como contribuição, uma sugestão para a Presidência, que, claro, vai ouvir o Governo, o MAPA, a Embrapa e tudo o mais.

Então, eu acho que é da maior importância que isso seja feito.

Uma consideração muito importante é nós avaliarmos a história da desindustrialização brasileira. Eu gosto de fazer uma ressalva: alto lá! Desindustrialização para setores da economia brasileira, porque a agroindústria vai bem, obrigada.

Claro que enfrenta as mesmas dificuldades e no mesmo território em que estão as indústrias que estão chorando, moram também as indústrias do agro; e outras indústrias que vão muito bem, porque a diferença dessas indústrias foi justamente investir, fortemente, em inovação e em tecnologia.

Quem quiser ver o que está acontecendo no agro não pode perder o *Agrishow*, em Ribeirão Preto. Claro que tem outras feiras no Brasil inteiro, mas é uma das maiores do mundo. É de cair o queixo o que a agroindústria está fazendo neste País, em termos de máquinas, implementos e pesquisas na área de insumos. Isso é impagável. Foram justamente a inovação e a tecnologia que



fizeram com que a agroindústria, a agropecuária e a indústria, que se transforma no agronegócio, pudessem superar as dificuldades do câmbio, as dificuldades com logística e as dificuldades de tributação.

Infelizmente – e eu tenho a maior admiração pela indústria, em geral, do meu País –, tem alguns segmentos da indústria nacional que não estão fazendo o dever de casa com relação à inovação, principalmente setores que são patrocinados pelo Governo, que são subvencionados ao longo de décadas e décadas, que é o paternalismo. É assim como um filho adulto, de 40 anos, continua recebendo mesada do pai. Provavelmente, ele não vai dar para nada na vida.

Então, esse encaminhamento é importante e essa pesquisa em todos os setores fez com que o agronegócio construísse uma grande poupança nos últimos 30 anos.

Nós tivemos um aumento em área de produção em torno de 32% e tivemos um aumento na produtividade de quase 200% ou mais.

Se nós estivéssemos produzindo 160 milhões de toneladas, hoje, com a mesma tecnologia de 20 anos atrás, nós precisaríamos do dobro de terras, do dobro de desmatamento para poder produzir.

Então, essa poupança verde, ambiental, nenhum país do mundo construiu com tanta competência como nós.

Essa questão do algodão, por exemplo, como viver sem os transgênicos no algodão? Cinquenta por cento dos defensivos agrotóxicos é o custo de produção do algodão, que exigem a aplicação de oito mãos de defensivos, de agrotóxicos. E nós sabemos que o transgênico, em torno de três aplicações.

Não tenho nada contra a semente convencional. Quem vai decidir qual é boa e qual é ruim? É o mercado. As pessoas têm o direito de continuar produzindo em seu livre mercado. Se temos mercado e a maioria quer consumir por preço baixo, vai se submeter a comprar transgênico, como a China faz. A Europa não se incomoda com o preço porque tem um bilhão de subsídio por dia para a agropecuária. Ela pode bancar uma agricultura retrógrada e que não tem competitividade como a nossa. Isso é uma questão de interesse público, interesse de governo e interesse dos mercados. Agora, nós, brasileiros, podemos comer uma soja, por exemplo, muito mais cara por conta da aplicação dos insumos de uma soja convencional? Eu, sinceramente, não estou apropriada aqui para discutir os custos da convencional com a transgenia, com as sementes transgênicas.

Eu sei que o custo do convencional, é lógico, é óbvio, deve ser mais baixo, porque não tem *royalties* para começar. Agora, em termos de produtividade, primeiro ponto: nunca vi nenhuma semente transgênica, nenhuma pesquisa transgênica ter se proposto a fabricar e produzir o evento para aumentar a produtividade. Não é esse o objetivo. O aumento de produtividade da transgenia é indireto. Por quê? Porque, na hora em que mato a lagarta, tiro o mato, o que



acontece com essa planta? Ela vai produzir muito mais. Então, é uma coisa consequente e não porque é transgênico, não por conta da patente. É porque o transgênico deu condições melhores para aquela planta crescer e dar todo o seu potencial de grãos num pé de soja.

Então, essa questão de que a patente de alguns produtos não está funcionando como antes eu acho uma coisa tão natural. É só não usar. Porque, se eu quebrar a patente desse produto que já não está tendo o mesmo efeito, quem é que vai querer produzir o genérico dele? Para vender para quem? Se o de patente não está combatendo aquela lagarta, por que o genérico estaria? Então, tanto faz como tanto fez. É o mercado, é a inteligência competitiva de cada produtor, é a gestão de cada fazenda. Então, isso precisa estar bem na cabeça de todos. Eu acho que isso é um ponto que deve ser considerado.

Essa outra confusão, por último, que não é uma confusão, mas, às vezes, é complicado de as pessoas compreenderem, é a Lei de Cultivares e a Lei de Patentes. Eu confesso que ela traz discussões, traz dúvidas. Eu acredito que sim, porque, na verdade, essas duas leis não podem ser confundidas. Elas precisam estar muito bem separadas. A Lei de Cultivares protege uma pesquisa que foi feita por qualquer pessoa, por uma semente simples, que pode se chamar semente Glauber. Essa semente simples é de cultivares. Ela permite salvar e não pagar o *royalty* posteriormente. Então, eu pago o *royalty* para o Glauber, planto a minha semente; depois, se eu quiser guardar essa semente para plantar no ano seguinte, eu não pago *royalty*; mas, se eu comprar a semente do Glauber, que é convencional, e produzir um componente transgênico dentro dessa semente, é a Lei de Patentes. Isso é claríssimo.

Então, não pode haver uma confusão nisso nem de boa-fé e nem de má-fé. O que nós precisamos compreender é como cobrar na moega, quais são as discussões. Eu acho que essas discussões precisam ser intensificadas. Não pode haver dúvidas nas cadeias. Na compra da semente, é mais fácil, mas, na semente guardada, é claro que vai ter confusão. Agora, precisa muito mais o produtor entender esse manejo e chegar a um bom termo para definir a moega, porque a moega é aquela excedente que guardei, plantei e plantei transgênico e não transgênico. Plantei da Basf, plantei da Monsanto, plantei da outra e preciso separar tudo isso para o pagamento. E, na moega, confesso que entendo que haja complicações, mas confesso que entendo que haja complicações.

Encerro dizendo, mais uma vez, que existe uma relação muito interessante de amor e ódio entre as multinacionais e os produtores do Brasil e do mundo inteiro, porque nós precisamos dos recursos deles para plantar a lavoura – 65% da lavoura plantada no Brasil de soja e de milho são financiadas pelas multinacionais –, mas precisamos da pesquisa que eles fazem com transgenia e outras variedades; mas precisamos desesperadamente desse capital, mas, ao mesmo tempo, há uma relação de ódio pela concentração.



Só quero lembrar que a concentração é geral e o que pode evitar os danos dessa concentração é claro que é a regulação, o marco regulatório. Mas a concentração vem desde o frango, do porco, do frigorífico, dos adubos, dos fertilizantes, da semente, enfim, toda a cadeia é uma concentração terrível no mundo inteiro. Nós temos de enfrentá-la e procurar marcos regulatórios que possam dar um pouco mais de equilíbrio a essa situação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Há um requerimento sobre a mesa, mas antes vamos ouvir o Senador Casildo Maldaner para debater o tema.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Convidados, caros Colegas, prometo ser breve.

Nesta Casa, sabem como são as comissões, e eu devo ter perdido uma parte importante da exposição dos senhores neste debate público aqui. Inclusive, teve a participação do Ireneu, lá da nossa terra. Sou oriundo de Tapera, o antigo Carazinho. O Ireneu aqui comparece para participar.

O SR. IRENEU ORTH – Tapera é demais, não é? (*Risos.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso. Tapera é demais. (*Risos.*) E para me aventurar em novas terras, quando eu tinha dois anos de idade, meus pais foram para o oeste catarinense. São as circunstâncias.

Eu quero confessar, ouviu Kátia?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu estou indo para a CPI. V. Exª me desculpe. Mas eu vou te ouvir.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Delcídio está chegando. Eu conheço o Delcídio por ser Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa, um nome nacional, todo mundo sabe. Sobre a nossa Senadora Ana Amélia, não pude sentir, mas já sei quem é a Ana Amélia nesta Casa, e polivalente também. A Ana Amélia faz tudo, 24 horas por dia, anda a 100 km por hora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou te pagar *royalty* pela propaganda. (*Risos.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas é mesmo. Agora, sei que a Kátia precisa sair. Eu termino com o Blairo. A Kátia... Parece-me que este debate aqui se transformou em um verdadeiro congresso sobre um tema importantíssimo. A Kátia até poetisa é. Ela defende o sol da liberdade para cultivar as propriedades. Não é só problema da terra, Delcídio. É a propriedade da casa, é a propriedade intelectual. É o direito a respirar, de viver melhor. Essa propriedade, esse sol da liberdade, a proteção dos insumos da terra para que o fruto seja mais forte. Essa é Kátia da CNA. A Kátia dá um *show* no Brasil. A Kátia é isso. (*Risos.*)

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu vou ter de sair para o depoimento na CPMI.



O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vai, Kátia. Mas isto aqui é um congresso de debates, na verdade. Transformou-se nisso, não é, Presidente Acir? E eu já sabia que o Blairo é um grande produtor, entende de produção, mas eu não sabia que ele é inserido na tecnologia, ele mergulha lá dentro. Ele conhece os detalhes, as entranhas das questões técnicas. Ele debate tudo isso de maneira tão natural que se transforma em uma palestra. E começamos a ficar em silêncio, ouvimos o zumbido das moscas voando. Conheço-o do tempo que fui governador de meu Estado...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Depois, diz que a Kátia é que é poetisa. (*Risos.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas você é mais prático. Você disse que a verdadeira soberania nacional é isto que temos: termos independência, produtividade da ciência e da tecnologia, que está nas mãos da Embrapa. A Embrapa somada à pesquisa privada, de mãos dadas, para termos a verdadeira soberania nacional. Buscando as melhores que existem no campo internacional, elas vêm aqui, formam *joint ventures*, talvez se instalem aqui formando um conjunto para criarmos a verdadeira soberania que você disse.

Quero combinar com isso, Sr. Presidente. Acho que vou ser um propagandista disso aqui no Senado, por onde eu andar neste País, não só no meu Estado de Santa Catarina, que preza a inovação, que preza a ciência, que preza essa questão do alimento, da agroindústria, da tecnologia. Santa Catarina tem essa coisa de berço, gosta disso. Eu serei o propagandista daquilo que senti aqui, nesta audiência pública da comissão do agronegócio, na Comissão da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, por sua contribuição para o nosso tema de hoje.

Eu peço licença para interromper um minuto o nosso tema para ler o requerimento que está sobre a mesa, em função de o requerente ter também de ir para a CPI – aliás, a Comissão de Ética também me chama, mas vamos continuar os nossos trabalhos porque todos são importantes.

Requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral, que passo a ler:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2012

Requeiro que seja realizada em conjunto pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública para discutir a concentração das atividades de abate e comercialização de bovinos no Brasil, conforme os artigos 93, inciso II, e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, convidando-se as seguintes autoridades



*nas áreas envolvidas: Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Marcos Antônio Molina dos Santos, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig; Joesley Batista, presidente da **holding** que controla o frigorífico JBS; Francisco Maia, Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul – Acrisul.*

Para justificar o requerimento, passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que hoje estamos aqui com quatro ou cinco comissões funcionando ao mesmo tempo, uma CPI e o Conselho de Ética. É difícil a gente acompanhar com qualidade os debates importantes que acontecem hoje aqui, no Senado Federal.

Eu tomei a liberdade, Sr. Presidente, de apresentar esse requerimento, porque há uma preocupação muito grande com relação a esse excesso de concentração na comercialização de carne bovina.

Hoje, em Mato Grosso do Sul, 70% da comercialização estão nas mãos de dois frigoríficos somente. O cenário que estamos vivenciando é um cenário de absoluta devastação. Os pequenos frigoríficos, os médios frigoríficos, que têm um papel importantíssimo na vida dos Municípios, na geração de emprego, na geração de renda, eles estão simplesmente fechando. E o pior: alguns deles estão sendo comprados para serem fechados e não comprados para continuar operando. Acho que essa política é muito prejudicial, não só para os produtores, mas também, e especialmente, para os consumidores.

Vai acontecer na segunda-feira à noite, na Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul, um grande evento para discutir esse tema com a presença de parlamentares de vários Estados brasileiros, Senadora Ana Amélia. Vamos debater essa questão. Eu compreendo as iniciativas no sentido de disciplinar, de tornar competitivo esse setor, especialmente nas vendas para o exterior, para esse mercado que é extremamente competitivo e exige muito de todos nós, não só na qualidade de nosso rebanho bovino, mas também, e principalmente, no que se refere à sanidade animal, até porque hoje, para comercializar lá fora, o imposto acabou. Agora o principal é sanidade animal, que é uma barreira que traz um discurso muito importante, que tem um apelo muito forte e que, consequentemente, nos leva a ter uma atenção especial com relação a essa questão.

Então, acho que a iniciativa é importante, de criar empresas que tenham competitividade, que disputem o mercado internacional, mas, ao mesmo tempo, temos de olhar os pequenos e os médios também, até porque essa realidade é muito presente em vários Municípios, especialmente da Região



Centro-Oeste. Então, estou apresentando este requerimento para se fazer uma audiência pública, meu caro Presidente Acir Gurgacz, não só na Comissão de Agricultura, mas na Comissão de Assuntos Econômicos, porque viriam não só representantes dos criadores, os representantes dos dois frigoríficos que hoje concentram boa parte da comercialização de carne bovina no Brasil, mais o Cade que vai ter de se posicionar, porque essa voracidade está se tornando tão avassaladora que quem vai perder é o Brasil, quem vai perder somos nós.

Portanto, tomei essa iniciativa de apresentar este requerimento e o apresento na Comissão de Assuntos Econômicos na próxima terça-feira também para que a gente faça uma audiência pública com esses convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação o requerimento. Eu gostaria de debater esse assunto, mas eu não queria desvirtuar o tema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Eu acho que foi relevante e não deixa de ser porque também é um problema de concentração. Eu gostaria apenas de não só apoiar o requerimento do Senador Delcídio, mas queria apenas, modestamente, sugerir a inclusão do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e também do representante da pecuária de corte da CNA. Foi feita uma grande investigação no Brasil em função das questões – todas relacionadas ao abate. Então, o representante da CNA na área de pecuária bovina ou de corte. São as minhas sugestões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento com adendo da Senadora Ana Amélia.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Delcídio, eu sugiro dia 20 de junho, uma quarta-feira, que não o dia nem da CAE nem da Agricultura, e que nós comecemos às 8h30min da manhã para termos o tempo da manhã e não avançarmos no almoço, já que são cinco e mais duas pessoas, sete pessoas, que teriam de ter, no mínimo, meia hora cada um.

É um debate profundo também e da maior importância para não somente os produtores, mas para a população brasileira. Vinte de junho como sugestão. A assessoria entrará em contato com a Assessoria da CAE para ver a possibilidade.

Continuando com o nosso tema, eu passo a palavra novamente aos palestrantes, para fazerem suas considerações finais.

Início com o Ivo Marcos Carraro, para suas considerações finais.

O SR. IVO MARCOS CARRARO – Muito bem.

Eu queria dizer que foi uma honra muito grande participar. Quero dizer que fiquei muito impressionado com a forma como os Senadores se



manifestaram, mostram que estão conhecendo do assunto. Sempre é uma preocupação nossa... São tantas coisas que vocês trabalham aqui... Eu fiquei bastante satisfeito com essa demonstração de conhecimento, o que é muito importante.

Eu queria destacar que, de toda essa discussão que nós tivemos aqui, sobre o valor de *royalties* e essas questões, praticamente todo mundo colocou suas posições, e eu acho que muitas delas são bastante particulares e importantes. Mas a nossa legislação é rica em alternativas, como aquela que o Senador Blairo colocou quanto a uma variedade que não quer mais ser... A Lei de Proteção de Cultivares, principalmente de uma variedade que seja convencional, ela já tem um recurso para que o domínio dela passe para outro, se houver essa situação.

Nosso marco legal está muito bom e precisa ser melhorado em alguns aspectos. Meu ponto principal é a competição. Nós temos de entender no Brasil que o nível de competição é outro. Nós estamos vivendo, dos últimos dez anos para cá, que o nível de competitividade não é mais criar variedades. Criar variedades continua sendo uma coisa muito importante, mas a competitividade brasileira perante a competitividade global precisa melhorar muito no aspecto das ferramentas novas e isso não está acontecendo por falta de duas coisas: um foco definido e recursos. Muito mais recursos do que a Embrapa tem hoje são necessários. Só que recurso sem foco também não adianta nada.

Então, eu queria chamar a atenção para esses dois aspectos. Se o Senado for trabalhar essa ideia de buscar competitividade nas empresas nacionais, sejam públicas ou privadas, é preciso também dar o recurso e dar o foco também, certo?

Então eu parabenizo a todos por terem identificado onde está nosso problema. É mais gente competindo, principalmente empresas nacionais, nesse novo patamar que se criou. Aí, nós vamos ter um equilíbrio maior e mais facilidade.

Em minha opinião, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, muito obrigado, Sr. Ivo.

Dr. Ireneu Orth, para suas considerações.

O SR. IRENEU ORTH – Agradeço à Senadora Ana Amélia e ao Blairo pelo convite.

Logicamente, não poderia deixar de fazer aqui um agradecimento todo especial a meu conterrâneo. Embora não seja, Senadora Ana Amélia, Senador pelo Rio Grande do Sul, mas o é por Santa Catarina, é o quarto Senador gaúcho. Eu como Prefeito pela terceira vez na minha cidade, eu só posso me orgulhar em ter um Senador como o Dr. Casildo aqui.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para dizer, Blairo Maggi também é gaúcho.

O SR. IRENEU ORTH – É gaúcho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, isso.

O SR. IRENEU ORTH – É gaúcho, mas é de Torres.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós temos uma bancada não de três, mas de cinco Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está havendo uma concentração aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mas a primeira-dama desta Comissão aqui, que é esposa do Senador Acir, é catarinense, de Gaspar.

O SR. IRENEU ORTH – Mas, o Senador Blairo é de Torres e o Casildo é de Tapera.

Mas é uma alegria estar aqui.

Agradeço a oportunidade, acho que tivemos um belo e importante debate. Apresentamos essa sugestão, que acho que deve ser analisada, deve ser estudada, e nos colocamos à disposição com o propósito de que isso possa de repente avançar, justamente no sentido de que as empresas e as entidades brasileiras possam ter sim mais recursos para investir em tecnologia e em pesquisa. Esse é o nosso propósito.

Mas eu queria aproveitar aqui, rapidamente, outro assunto que o pessoal me levantou lá nas últimas reuniões da Aprosoja, no Rio Grande do Sul, que é o problema da seca no Rio Grande do Sul.

A Senadora Ana Amélia está bem a par desse assunto. O problema é seriíssimo, temos a quebra média no Estado de 50%. Em algumas regiões, na região das Missões, a quebra chegou a 80%. Aquela região já vinha sendo castigada em outros anos com produtividades baixas e os agricultores com sérios problemas de endividamento. As contas que haviam sido prorrogadas até junho/julho pelos órgãos governamentais, por enquanto não têm sinal de um alongamento de longo prazo, um prazo maior. Inclusive, os bancos e fábricas já estão começando as execuções, também bancos particulares.

Então, quero aproveitar este momento para colocar essa situação. Já existe a ideia de fazer movimentos lá na região da maior seca, que é a região de Santiago, Capão do Cipó, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, onde os produtores estão pensando em se mobilizarem. Acho que é importante colocar isso com antecedência aqui, porque medidas poderão ser tomadas, não para evitar isso, mas, principalmente, para confortar aquele produtor que já há muitos anos vem sendo sacrificado pelas secas do Rio Grande. Aquela região, especialmente aquela região, em dez safras, teve oito com problemas; algumas com intensidade maior, outras com menor. Mas, sem sombra de dúvidas, esta



última e a de 2005 foram as piores de todas. Isso elevou efetivamente o endividamento daquela região.

No mais, muito obrigado pela oportunidade.

Orgulho-me muito em poder estar aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Sr. Ireneu.

Passo a palavra agora a Filipe Teixeira, da Embrapa.

O SR. FILIPE TEIXEIRA – Bom, eu gostaria, inicialmente, de agradecer todo suporte desta Casa à nossa instituição. É um orgulho muito grande trabalhar na Embrapa e saber que a gente pode contribuir desta forma com o País. A instituição tem isso como compromisso. O nosso compromisso lá, a nossa vida dentro da Embrapa é buscar soluções para a agricultura, buscar fazer com que os parceiros aqui presentes há meses, agricultores de forma geral, tenham acesso ao melhor tipo de tecnologia. Não é simples, é um mercado extremamente competitivo e esta Casa tem sido extremamente empenhada em garantir que nós tenhamos todas as condições para fazer isso.

Agradeço as palavras gentis que foram faladas em relação à instituição, ao reforço e à necessidade de suporte financeiro, que são extremamente importantes. Lembro que não é só isso. Além do suporte financeiro, a Embrapa tem que ter a capacidade de utilizá-lo. E seria importante retirar algumas amarras, para que a gente possa atuar nesse mercado extremamente competitivo da biotecnologia.

Agradeço o convite para que a gente pudesse debater esse tema aqui. A Embrapa é uma casa que é nossa e que está sempre à disposição para discutir com os produtores, com os agricultores, com o Legislativo todas as ações.

Com relação ao fundo específico, só um comentário: a gente já tem no Brasil a experiência do Fundo do Algodão, tem a experiência do Fundo do Arroz, e os *checkoffs* americanos são algo dessa espécie. Acho que é algo que precisa ser debatido e que pode, realmente, ser uma fonte interessante de recursos e, inclusive, de demandas para o setor, se bem trabalho, de acordo com as regras existentes.

Mais uma vez coloco a Embrapa à disposição para novos debates e agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Filipe.

Tem a palavra o Sr. Glauber Silveira da Silva.

O SR. GLAUBER SILVEIRA DA SILVA – Quero agradecer mais uma vez aos Senadores. Fico feliz em ver que nós estamos muito bem representados aqui nesta Comissão do Senado. Acho que o nível de conhecimento dos Senadores nos deixa muito satisfeitos, porque são pessoas que realmente conhecem a nossa atividade. Parabéns por tudo isso.



Quero dizer que nós já temos um projeto de lei que está no Congresso, na Câmara dos Deputados, com relação ao Fundo Nacional das Culturas. Com certeza, esse projeto deve vir para esta Casa. Acho que isso já está encaminhado. A Aprosoja Brasil já encaminhou um projeto que já está há dois anos tramitando. Sem dúvida, espero poder contar com o apoio de vocês todos para que a gente possa tornar isso uma realidade, que é muito importante. Os países bem desenvolvidos estão muito avançados nisso.

Quero dizer que a Aprosoja está à disposição para futuros debates e para aquilo que for importante.

Essa questão da concentração, a gente viu, realmente está acontecendo em todos os setores. É uma máquina que está vindo em nível mundial. Então, nós temos de buscar alternativas para possibilitar que os produtores possam manter-se nessa atividade. Então, realmente esse é um grande desafio para a agricultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Glauber.

Passo a palavra ao Sr. Pierre.

O SR. PIERRE MARIE JEAN PATRIAT – Primeiramente, eu quero dizer que fiquei extremamente honrado por participar desta Comissão, principalmente pela atenção do Senador. Acho que é extremamente importante discutir o que está acontecendo e nada melhor do que esta Casa. Acho que a contribuição de todo mundo foi muito grande para trazer alguma luz sobre o que está acontecendo.

Alguns pontos eu quero lembrar. Como falou o Ivo, a competição é extremamente saudável, desde que ela seja feita de modo saudável e que não seja a competição de cartelização. Acho que esse que é um ponto importante.

Também quero dizer que todas as tecnologias que nós temos estão sendo aplicadas em países de clima tropical; as outras estão sendo aplicadas em países de clima temperado. As reações são totalmente diferentes, a duração das tecnologias é totalmente diferente. Isso tem de ser estudado; é uma coisa que está em andamento. Não é dizer “Eu vou deixar a patente por quinze anos, porque ninguém vai investir nela.” Podem ser quinze anos, mas acho que isso tem de ser revisado, porque, em clima tropical, o único país do mundo que se faz produção em grande escala de alimentos é o Brasil. Nenhum outro país produz assim no mundo. Então, isso tem de ser pensado e bem repensado.

Acho que o que foi sugerido aqui, na realidade, é uma ideia importante e que está sendo colocada no conjunto. Até agora, cada um estava falando no seu setor de maneira independente, talvez sem o conhecimento público. Então, isso está sendo levado a público hoje. É uma coisa nova que está sendo discutida. Logicamente, como eu sempre falei, com respeito à Lei de Patente e à Lei de Propriedade, que têm de ser respeitadas. Estamos em um país



capitalista, mas não de capitalismo selvagem. Então, ele precisa de normas. Tem de ser normatizado e tem de ser regulamentado e, como foi dito, temos de achar os marcos regulatórios, para evitar possível abuso de poder econômico, porque, como falou a Senadora Kátia Abreu, se deixar, vem a ganância, e a ganância condena o sistema.

Então, eu fiquei extremamente satisfeito de poder participar, de ter trazido alguns elementos.

E eu digo obrigado. Que tenhamos mais possibilidades outras vezes também de discutir este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Pierre.

Com a palavra, o Sr. César Borges Souza.

O SR. CÉSAR BORGES SOUZA – Bom, foi um prazer estar aqui.

Complementando, gostaria de reforçar a necessidade de minorar a burocracia aqui no Brasil. Para o aspecto que foi levantado pelo Ivo já há legislação, mas na hora de aplicar uma legislação pode-se passar muito tempo e o tempo da agricultura não pode esperar.

Então, eu gostaria de mencionar que precisaríamos ter mais celeridade em registros para tornar o custo de produção da agricultura menor e também para que ele não fique tentado a adquirir produtos não autorizados, não legais. Acho que seria muito adequado.

Eu também queria mencionar que, como Delcídio apresentou esse requerimento, esta Comissão poderia ser ampliada, ela poderia também ser uma Comissão de Agricultura e de Defesa Econômica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, César, por sua colocação.

A audiência pública, para nós, é de uma importância muito grande porque baliza o nosso trabalho. Faz com que os Senadores aprendam e saibam o que está acontecendo nos segmentos. Esta audiência pública teve uma importância muito grande para todos nós, Senadores. Há Senadores que são muito ligados à área, mas há outros que não são ligados à área e precisam debater e ouvir. Para nós, esta audiência pública de hoje teve uma importância muito grande. Cumprimento os autores do requerimento, Senador Blairo Maggi e Senadora Ana Amélia.

Há um expediente recebido que passo a ler:

A Embaixada do Brasil na Cidade do México informou que Senadores mexicanos, membros da Comissão Especial para a Agroindústria Açucareira do Senado daquele país, pretendem realizar visita a São Paulo e a Brasília, em maio, a fim de conhecer a experiência brasileira em matéria de biocombustíveis.



A Delegação visitante será composta pelos seguintes Senadores: Arturo Hervis Reyes, do Partido da Revolução Democrática, do Estado de Veracruz; Presidente da Comissão: Jesús Dueñas Llerenas, do Partido da Ação Nacional, do Estado de Colima; e Raúl Mejía González, do Partido Revolucionário Institucional, do Estado de Nayarit.

Dado o presente, precede consulta a respeito da possibilidade de os Senadores desta Comissão receberem a mencionada Delegação, em visita a Brasília, na tarde do dia 23 de maio.

Agradeceria encaminhar a resposta para o endereço tal.

Vamos receber aqui os colegas Senadores do México.

Muito bem, agradeço mais uma vez a presença dos debatedores, dos Senadores, das Senadoras aqui presentes e de toda a equipe de assessores que faz parte desta comitiva.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)